



Boletim do

# **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional  
Versão em Português - fevereiro de 2019 - R\$ 4,00

## **A luta de classes mundial se agrava**

**A guerra comercial de Trump e o intervencionismo imperialista potenciam as tendências bélicas do capitalismo em decomposição**

**Estados Unidos cercam a Venezuela, incentivam a divisão e alimentam a via da guerra civil**

**A burguesia mundial não tem outra saída para seus impasses senão descarregar a crise sobre a classe operária e a maioria oprimida**

**A tarefa do momento é a de deter a ofensiva da burguesia contra os explorados e preparar as condições para a revolução social**

**A crise mundial de direção revolucionária se levanta como o principal obstáculo à luta independente dos explorados**

**Trabalhemos pela construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas!**

**Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!**

# Apresentação

Este boletim é produto do trabalho realizado pela direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), em sua reunião de janeiro. Reproduzimos as conclusões sobre a situação internacional, que confirmam as teses aprovadas no seu último Congresso.

Um aspecto central da discussão foi o da ameaça golpista do imperialismo na Venezuela, que tem enorme repercussão sobre a América Latina. Trata-se de uma ofensiva em todos os terrenos, para derrubar o governo e apoderar-se de seus extraordinários recursos. A reunião aprovou uma declaração que aqui publicamos, e decidiu fazer um chamado a todas as correntes, que se reivindicam da classe operária e da luta anti-imperialista, a defender o direito à autodeterminação da Venezuela e contra qualquer ingerência ou bloqueio imperialista. O nacional-reformismo, encarado por Maduro, está incapacitado a defender a nação oprimida. Somente a classe operária e os demais explorados podem assumir consequentemente essa tarefa.

A direção do CERQUI pôde trabalhar antecipadamente os documentos políticos apresentados às Conferências Regionais no Brasil e realizar uma discussão sobre a Conferência de São Paulo. Houve acordo com a linha política desses documentos. Apenas foram feitas considerações complementares a serem levados à Conferência. Destacou-se a importância que teve para a seção brasileira e para o CERQUI ter caracterizado corretamente o processo que levou ao golpe contra a Dilma Rousseff e o governo de Temer, que emergiu desse golpe como uma ditadura civil, que preparou o terreno para as eleições antidemocráticas, que levaram Bolsonaro à presidência da República. Destacou-se, também, a posição proletária diante das eleições, chamando a votar nulo, com um programa rechaçando o voto em Haddad, mostrando com clareza que o candidato do PT não expressava nenhuma luta contra o fascismo, como pretendeu fazer crer a maioria da esquerda. Essas conquistas políticas vão muito além do Brasil, projetam-se sobre o trabalho internacional, uma vez que os acontecimentos dos últimos anos nesse país concentram a atenção da vanguarda em todo o mundo.

Pôde-se, assim, constatar a política desastrosa do PT, que se afunda no legalismo, na defesa das instituições, que são utilizadas para destruí-lo, e que se mostrou impotente na defesa de Lula, entregando-o à polícia, com seu próprio consentimento. Assistimos, também, à derrocada do chamado “Socialismo do Século XXI”, na Venezuela, não somente devido ao cerco da burguesia e do imperialismo, mas também ao seu próprio mérito. Assistimos, por outro lado, forte processo de desilusão das massas com Evo, na Bolívia, que vem defendendo a grande propriedade, inclusive imperialista, e que mais uma vez concorre às eleições. De conjunto, expressam a impotência e a incapacidade do nacional-reformismo de enfrentar o impe-

rialismo e resolver as tarefas nacionais.

A classe operária e demais explorados estão diante de uma ofensiva extremamente agressiva do imperialismo norte-americano, que se apoia na maioria dos governos servis, de direita, que a ele se alinham. O imperialismo translada toda sua crise e guerra comercial, desfechada principalmente contra a China, aos países latino-americanos. Pretende-se deslocar a crescente presença dos chineses sobre a economia de nossos países no comércio exterior, nos investimentos, no controle dos principais recursos, em particular, do petróleo e da mineração. Pressiona poderosamente os governos, para que apliquem todas as reformas antinacionais e antioperárias, ditadas pelo capital financeiro, para assegurar, entre outros interesses, o pagamento da colossal dívida pública, contraída pela maioria dos países da região.

Neste Boletim, também homenageamos os 60 anos da Revolução Cubana, defendendo as conquistas revolucionárias, enfrentando o cerco do imperialismo, caracterizando os perigos das condições atuais do processo de restauração capitalista e da necessidade de assimilar todas as lições daquela revolução. Assinalamos,

igualmente, a importância da caracterização do processo de estalinização de Cuba, que levaria ao estrangulamento da revolução. Caracterização essa feita em 1963, por Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Homenageamos Rosa Luxemburgo, a revolucionária e extraordinária militante comunista, sob bandeira da revolução proletária. Faz 100 anos que foi presa por ordem do governo socialdemocrata, torturada e assassinada.

Como dizíamos, as massas não vão para a direita, seguindo a burguesia, seus partidos e seus governos, que não têm outra via para enfrentar o agravamento de sua própria crise econômica. Um exemplo extraordinário vem das mobilizações na França, que convulsionam a Europa. Seus reflexos se fazem sentir também na América, onde o proletariado se levanta diante das políticas do imperialismo: a exemplo da colossal greve operária no norte do México, a luta docente em Los Angeles, as mobilizações multitudinárias e paralisações gerais na Argentina, a grande luta no Porto de Valparaíso, no Chile, e a rebelião das massas no Haiti contra seu governo.

Não deixamos de repetir que o problema dos problemas está na ausência ou debilidade da direção revolucionária, da necessidade de contar com partidos baseados na estratégia da revolução e ditadura do proletariado, como parte da IV Internacional reconstruída. As massas instintivamente reagem, rebelam-se, lutam, mas é necessário, é imprescindível, que esse processo inconsciente convirja com uma direção que expresse politicamente o que ditam as tendências desse movimento.

*Pela direção do Comitê de Enlace, R. Basko*

## Balanço da situação mundial e latino-americana

1. Confirmam-se os prognósticos assinalados nos documentos do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), no sentido de que a recente expansão mundial tem sido breve. A economia da China atravessa um período de contração, nos prognósticos assinalam que, neste ano, se registrará o crescimento mais baixo da última década, a recuperação da Europa vem sendo freada, o que se passa também com a recuperação dos Estados Unidos.
2. As políticas antioperárias de ajuste, implementadas por todos os governos burgueses, voltadas a precarizar as condições de trabalho e que descarregam o peso da crise sobre a classe operária e as massas exploradas, vêm empurrando o proletariado a ganhar as ruas e resistir, por meio da mobilização e da ação direta. As recentes manifestações dos operários franceses, chilenos, trabalhadores da Argentina, México, Estados Unidos, Canadá e em outras latitudes dão prova dessa observação. O proletariado não está disposto a aceitar docilmente que a burguesia descarregue a crise sobre seus ombros. Não vivemos uma situação de direitização das massas, pelo contrário, atravessamos um período em que prevalece a tendência de agudização da luta de classes.
3. O proletariado agitado pela crise, se abre para as ideias revolucionárias, vendo com simpatia os agitadores que expressam posições revolucionárias, comunistas. Na América Latina e no mundo, a classe operária procura instintivamente uma saída revolucionária à crise capitalista.
4. Onde a classe operária ganha as ruas, para enfrentar os governos de turno, invariavelmente, arrasta atrás de si a pequena burguesia, os estudantes e intelectuais da classe média. Na ausência do proletariado, a classe média, desesperada diante do agravamento da crise, adota posições reacionárias e até fascizantes, convertendo-se em instrumento de poder das correntes direitistas e abertamente pró-imperialistas, para em seguida, num breve espaço de tempo, novamente pender para o proletariado, quando os governos, a serviço do grande capital financeiro, que receberam o seu apoio na véspera, atacam mais duramente as condições de vida das massas e da própria classe média.
5. O acerto no prognóstico se explica em razão das premissas que serviram de base à análise da crise mundial:
  - a) O capitalismo monopolista, imperialista, é da fase última de desintegração.
  - b) A partilha do mundo, realizada após a 2ª Guerra Mundial, se esgotou.
  - c) A burguesia e o imperialismo no afã de reverter a tendência da queda da taxa média de lucro, não têm outro remédio senão intensificar a exploração da força de trabalho, por meio da precarização das condições de vida e trabalho do proletariado e dos demais trabalhadores.
  - d) O rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho é um imperativo para sobrevivência do grande capital, ao lado da exacerbação da guerra comercial e dos preparos bélicos.
  - e) Devido ao fato de a destruição parcial das forças produtivas, do período imediatamente precedente, não ter sido suficiente para inaugurar um período relativamente amplo de expansão dos negócios da burguesia imperialista, o caráter cíclico da crise estrutural do capitalismo se abrevia. Nem bem terminaram os estragos ocasionados pela crise de 2008, sobreveem outra quebra financeira, outra crise seguida de outro descalabro, e assim sucessivamente.
6. Invariavelmente, a cada arremetida do proletariado e dos oprimidos contra a burguesia e seus governos, torna-se mais evidente a crise de direção revolucionária, seja por sua ausência ou por sua debilidade, e ou inexperiência política e organizativa. O atraso da revolução proletária abre passagem ao avanço da barbárie.
7. Na América Latina, o ciclo dos governos burgueses nacional-reformistas, que autoproclamaram indígenas, populares e pretensamente representantes de um novo socialismo



*O fracasso do nacional-reformista confirma a tese marxista-leninista-trotskista, de que, na época de decadência e desintegração do capitalismo, não é possível o desenvolvimento integral das forças produtivas, que permita superar o atraso e a miséria crônica da região. No marco do respeito às relações capitalistas de produção, não há lugar para um desenvolvimento das forças produtivas que responda aos interesses das nações oprimidas, muito menos acreditando ser possível contar com a colaboração do capital financeiro imperialista.*

(socialismo do século XXI) está esgotado. Esses governos, inevitavelmente, acabaram se afundando na mais escandalosa corrupção, e se chocando com as massas, que, até as vésperas, depositaram neles suas ilusões. O fracasso desses experimentos nacional-reformistas confirma a tese marxista-leninista-trotskista, de que, na época de decadência e desintegração do capitalismo, não é possível o desenvolvimento integral das forças produtivas, que permita superar o atraso e a miséria crônica da região. No marco do respeito às relações capitalistas de produção, não há lugar para um desenvolvimento das forças produtivas que responda aos interesses das nações oprimidas, muito menos acreditando ser possível contar com a colaboração do capital financeiro imperialista.

8. A queda desses governos burgueses, supostamente de esquerda, não implica uma derrota das massas, como o reformismo pretende que acreditemos. Pelo contrário, os novos governos direitistas saídos das urnas, graças ao respaldo eleitoral derivado do mal estar social da classe média descontente, são governos cuja estabilidade se apoia na colaboração da burocracia sindical, e que procurarão resolver sua debilidade política recorrendo a formas ditatoriais. Mais cedo ou mais tarde, enfrentam as massas, que não estão dispostas a aceitar

a pagar a fatura da crise. Esses governos estão obrigados a endurecer e acentuar as ameaças, bem como evidenciar seu caráter repressivo, como o único meio para manter na bitola o proletariado e a maioria oprimida. Distintamente de seus antecessores, não contam com a valiosa ilusão das massas, no sentido de que eles realizarão grandes transformações sociais, que trarão conseqüentemente a libertação nacional da nação oprimida e social dos explorados.

9. A realização plena dos planos fascistas da burguesia tropeça no obstáculo das massas em geral e do proletariado, em particular, uma vez que não foram fisicamente derrotados. O que não implica que isso não possa ocorrer mais adiante.
10. O desmoronamento político dos governos nacional-reformistas arrasta consigo os estalinistas, toda a "esquerda" reformista latino-americana e, entre eles, o centrismo e o oportunismo, que de vez em quando se reivindicam do trotskismo.
11. A "tática política" daqueles que, em algum momento, se reivindicaram do trotskismo, e que, em um período recente, caracterizaram como progressistas os governos burgueses, dirigidos pelo nacional-reformismo, acabaram por evidenciar que, pelo caminho do eleitoralismo, do "entrismo" e da colaboração ou do "apoio crítico" aos supostos governos "populares" não é possível pôr em pé um partido revolucionário.
12. Os fatos evidenciam que não há "atalhos" na tarefa de pôr em pé o partido revolucionário, entendido como partido-programa, capaz de dar expressão política consciente ao instinto comunista do proletariado. O desenvolvimento do programa da revolução em cada país é uma tarefa impostergável se se quer alcançar a revolução social, que sepulte o capitalismo. Esse programa implica o conhecimento da realidade que se pretende transformar, as particularidades nacionais, que não são outra coisa senão a refração das leis gerais do capitalismo em uma situação histórica, geográfica e cultural. A Internacional se nutre e se revitaliza a partir do desenvolvimento desses partidos-programa, desde que sejam capazes de penetrar e transformar o proletariado de seu respectivo país.

**“** *O desenvolvimento do programa da revolução em cada país é uma tarefa impostergável se se quer alcançar a revolução social, que sepulte o capitalismo. (...) A Internacional se nutre e se revitaliza a partir do desenvolvimento desses partidos-programa, desde que sejam capazes de penetrar e transformar o proletariado de seu respectivo país.*

13. A tarefa fundamental do momento é a de ir ao encontro do instinto comunista do proletariado para lhe dar forma política consciente, isto é, organizada em partido-programa, que transforme a classe operária para si, capaz de tomar o poder, sepultar o capitalismo e pôr em pé a nova sociedade comunista.
14. A restauração capitalista na China ocorre em um período de esgotamento da partilha econômica mundial, derivada da 2ª Guerra. Essa vertiginosa expansão econômica tem como base a superexploração da força de trabalho e a preservação do controle estatal nas mãos do Partido Comunista Chinês dos rumos fundamentais da economia e do comércio exterior. Em grande medida, a atual potencialidade da economia chinesa resulta dos acordos com os norte-americanos na década de 1970, acordos realizados no marco da guerra fria e que obedecem a pretensão do imperialismo norte-americano de usar os chineses como

freio à expansão soviética. Hoje, a China, transformada em uma potência econômica mundial, rivaliza com os interesses de importantes setores do capital financeiro norte-americano. A guerra comercial, desfechada pelo governo de Trump, para obrigar a burocracia chinesa a ceder espaço às mercadorias norte-americanas, poderá chegar a certas concessões, mas, sob nenhuma circunstância, superar as contradições estruturais que empurram o choque entre as forças produtivas superdesenvolvidas e a estreiteza do mercado, isto é, o choque entre o

modo de produção baseado na máquina avançadamente robotizada e a produção social com o modo de troca vigente, resultado da permanência da grande propriedade privada burguesa, da apropriação individual e privada do produto social.

15. A unidade econômica europeia está em franco retrocesso. O imperialismo norte-americano, no marco da guerra comercial, vem empurrando a desintegração da unidade europeia. O Brexit lhe serve de ponta de lança nesse processo. A resistência, de uma parte da burguesia inglesa em acelerar sua aplicação resulta da evidência de que a economia da ilha, seja qual for a forma de sua aplicação acabará sendo afetada, perdendo ainda mais peso econômico e importantes mercados.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS**

Comunicado do CERQUI diante da tentativa de golpe na Venezuela | 24 de janeiro de 2019

## Fora o imperialismo da Venezuela! Em defesa de sua autodeterminação!

- 1) Rechaçamos qualquer forma de intervenção do imperialismo e de seus lacaios, mediante ações militares, diplomáticas, sabotagem ou bloqueio econômico; não lhes reconhecemos nenhuma autoridade para dar um veredicto sobre se as eleições foram ou não legítimas.
- 2) A grave crise econômica na Venezuela e o sofrimento das massas são provocados pela sabotagem da burguesia e pelo bloqueio econômico do imperialismo. Isso não elimina a responsabilidade do governo chavista pela calamidade do país. O chavismo se negou a enfrentar o imperialismo, expropriando a burguesia e o capital financeiro. O cerco do imperialismo e a incapacidade do chavismo de quebrar a sua ofensiva confirmam que somente o proletariado organizado pode derrotar o imperialismo e materializar a libertação nacional e social.
- 3) O verdadeiro objetivo do imperialismo é o petróleo da Venezuela. Trata-se de uma das mais importantes reservas do mundo, sendo um petróleo de melhor qualidade. Os Estados Unidos têm em mira controlar diretamente todos os recursos petrolíferos da região.
- 4) A classe operária e os oprimidos da Venezuela deverão resolver a defesa do seu país. Eles são os únicos que podem validar ou não as eleições, são eles os que podem resolver os problemas de seu país; defendemos incondicionalmente a autodeterminação da Venezuela.
- 5) O ataque do imperialismo afeta toda a América Latina, não somente a Venezuela. Uma derrota do povo da Venezuela pelas mãos do imperialismo é uma derrota para toda a América Latina. É necessário defender urgentemente a Venezuela, que há muitos anos vem sendo perseguida, com objetivo de acabar com o ciclo de governos nacional-reformistas. Essa virada agressiva do imperialismo norte-americano está relacionada com a guerra comercial que impulsiona, que procura

recuperar o seu papel hegemônico e escapar da profunda crise em que se encontra, desde 2008.

- 6) Está vivo na memória o golpe contra Dilma Rousseff no Brasil, para impor Temer como presidente, e a impugnação do principal candidato opositor, com o aval desses mesmos personagens. O imperialismo norte-americano esteve por trás de todos os golpes militares na América Latina, é responsável pelos maiores massacres de nossos povos; como, por exemplo o golpe fascista de Pinochet, no Chile, e o Plano Condor. Na atualidade, Trump, Bolsonaro, Piñeira, Duque e Macri são a máxima expressão do autoritarismo em nossa região.
- 7) Diante do fracasso de todas as vias que a oposição burguesa tentou para derrubar o governo chavista, a política do imperialismo visa a promover uma guerra civil para destituir Maduro, e impor um governo servil. Alertamos a classe operária sobre essa perspectiva.

Diante dessa ameaça, a resposta operária deve ser a de expropriar os grandes capitalistas, os latifundiários e as multinacionais, para eliminar a base material do golpismo, tarefa que somente pode ser imposta pelo governo operário e camponês. Nessa perspectiva, está colocada a organização imediata de uma frente única anti-imperialista, que passe por cima de todas as limitações e incapacidades do chavismo para resolver os problemas nacionais.

**Chamamos os sindicatos e partidos políticos, que se reivindicam da classe operária e da luta contra o imperialismo, a se pronunciarem e se mobilizarem contra o golpe em marcha do imperialismo.**

**Fora o imperialismo da Venezuela e da América Latina!**

## Somente o proletariado e a maioria nacional oprimida podem derrotar a contrarrevolução

O imperialismo tem como certo que a crise venezuelana entrou na fase decisiva do desfecho. No Brasil, a imprensa refere-se à “agonia de uma ditadura”. Um grande cerco foi montado, sob a direção dos Estados Unidos. A ofensiva contra o governo Maduro caracteriza-se pela intervenção imperialista nos assuntos internos do país, apoiando-se para isso no entreguismo e servilismo da oposição pró-imperialista, agora chefiada por Juan Gaidó. Combinam-se medidas militares e diplomáticas desde o exterior, junto à sabotagem econômica, às pressões para dividir as Forças Armadas e, assim, criar as condições para uma guerra civil. Os Estados Unidos, organismos internacionais e governos latino-americanos vestem a máscara diplomática da “defesa da democracia” e do “humanitarismo”, como se fossem salvadores do povo venezuelano. Ocultam o interesse dos Estados Unidos e das petroleiras em colocarem as mãos sobre as ricas reservas petrolíferas da Venezuela.

Tudo converge, em última instância, para a capacidade do governo norte-americano e da oposição pró-imperialista de arrastar uma fração do comando das Forças Armadas para a ação decisiva. Trump está disposto a empurrar os venezuelanos para a guerra civil e abrir caminho para o intervencionismo. A máscara democratizante somente pode ter êxito na medida em que o golpe militar compareça como expressão das necessidades e interesses populares. O que exige arrastar importantes setores das massas às posições golpistas. Mas, essa estratégia se choca com a atitude servil e entreguista da oposição. Importante parcela da população enxerga os opositoristas como marionetes dos interesses externos. Não por acaso, as mobilizações contra Maduro da última semana não conseguiram mobilizar amplas massas, como fizeram no passado. Mas, também o chavismo não consegue arrastar as bases sociais que lhe serviram de fortaleza contra

a reação. O imperialismo terá de ir fundo nos meios conspirativos e recrudescer ainda mais o cerco econômico e político.

As tentativas de insurreição do Forte Paramacay, no estado de Carabobo, em 2017, e de um grupo rebelde da Guarda Nacional Bolivariana (GNB), de 21 de janeiro de 2019, indicam a via golpista imperante. Ambos os levantes foram orquestrados pela oposição e pelo imperialismo. Deviam servir de base de manobra ao intervencionismo externo. Esbarraram na apatia e indiferença da população. Os apelos para que as massas tomassem as ruas não ecoaram em grandes mobilizações populares. É nessas condições que passou a jogar um papel relevante a estratégia de avançar o intervencionismo externo.

O essencial na situação está no fato do chavismo ser incapaz de combater até as últimas consequências para derrotar em toda a linha à oposição e o imperialismo. O que exigiria romper a espinha dorsal do golpismo, expropriando o grande capital, e se apoiar na iniciativa revolucionária das massas. Ao se manter no quadro da desfigurada democracia formal, desconhecida pela oposição, que chegou ao ponto de se autoproclamar “governo de transição”, o chavismo acaba favorecendo os objetivos da frente golpista pró-imperialista.

Nessas condições, o Grupo de Lima deu um ultimato a Maduro para que abandonasse o poder a Guaidó. Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, etc. assinaram um documento em que exigiram entregar o poder à Assembleia Nacional, “até que novas eleições presidenciais democráticas” fossem realizadas. A manobra foi completada pela declaração da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em face da negativa do governo chavista em aceitar, passou a reconhecer Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional (AN), como “presidente interino e legítimo” do país.

Foram precisamente os governos latino-americanos e a oposição pro-imperialista que chamaram os venezuelanos a boicotarem as eleições de 20 de maio de 2018, pela suposta falta de “garantias democráticas”. O objetivo dessa manobra veio à luz-do-dia no começo de janeiro, quando se declarou o governo de Maduro “ilegítimo” e o imperialismo interveio diretamente para reconhecer Guaidó o presidente de um pretense “governo de transição”, sob a condução da Assembleia Nacional (AN), controlada pela oposição e pelo imperialismo.

Nota-se que o boicote às eleições e o rompimento da democracia formal serviram ao reconhecimento diplomático de um governo paralelo, sob a indicação dos Estados Unidos. Eis por que a AN se transformou em órgão político voltado ao golpe de Estado. A bandeira da legitimidade não passa de uma farsa, que serve ao intervencionismo estrangeiro. Se bem que há muito tempo o imperialismo trabalha para a remoção do nacional-reformismo

chavista do poder, as condições sociais e políticas internas impediram-lhe avançar nesse objetivo. O golpe contra Chávez, em 1992, projetou a irrupção das massas e encontrou na unidade do exército um entrave. Colocou-se, então, para o imperialismo a via do fortalecimento eleitoral da oposição. A mudança de tática permitiu a conquista da maioria parlamentar. Parecia que estavam dadas as condições para uma transição “pacífica”, sob a máscara democratizante das instituições. O contragolpe do chavismo, convocando a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), colocou um obstáculo a esse desenvolvimento. A retomada das mobilizações de rua da oposição reascendeu a perspectiva do golpismo. Mas, se chocou, mais uma vez, com o apoio das Forças Armadas a

Maduro, e concluiu com a desagregação da oposição, que compareceu dividida e isolada perante as massas.

O percurso da crise mundial e as mudanças políticas na América Latina permitiriam uma virada a uma nova ofensiva golpista, desta vez amparada diretamente nas movimentações intervencionistas de Trump. O esgotamento do ciclo dos governos nacional-reformistas no continente, e a ascensão dos governos abertamente pró-imperialistas abriram uma nova etapa do plano para a remoção do chavismo. Os golpes de Estado em Honduras, Paraguai e Brasil, assim como a queda eleitoral do kirchnerismo, na Argentina, e do correísmo, no

Equador, criaram as condições para que a frente golpista internacional pudesse avançar. Trump, finalmente, conseguiu alinhar todos esses governos nas decisões do Grupo de Lima e da OEA.

O agravamento da ofensiva intervencionista e a subordinação direta das movimentações internas às manobras externas do imperialismo decorrem do agravamento da guerra comercial e aprofundamento dos choques mundiais. O intervencionismo imperialista está fundamentalmente dirigido a romper os vínculos econômicos que a Rússia e a China vêm firmando na Venezuela, assim como na América Latina. O controle sobre as fontes de matérias-primas está no centro do objetivo norte-americano de derrubar o governo nacionalista venezuelano.

Para a Rússia, a queda do chavismo no poder significaria a perda de suas posições na exploração das jazidas da Cuenca do Orinoco, a maior e mais rica em petróleo de alta qualidade do mundo. De fato, a estatal russa Rosneft participa em cinco projetos de petróleo e gás da estatal venezuelana PDVSA (de 26% a 40% de controle nos empreendimentos de exploração). A mesma empresa é credora na ordem de 6 bilhões de dólares do Estado venezuelano. Soma essa que, acrescida de 11 bilhões de dólares em empréstimos, nos últimos 20 anos, compõe o quadro de interesses russo no país.

O mesmo se passa com a China, que emprestou à Venezuela



**“ O agravamento da ofensiva intervencionista e a subordinação direta das movimentações internas às manobras externas do imperialismo decorrem do agravamento da guerra comercial e aprofundamento dos choques mundiais. O intervencionismo imperialista está fundamentalmente dirigido a romper os vínculos econômicos que a Rússia e a China vêm firmando na Venezuela, assim como na América Latina. O controle sobre as fontes de matérias-primas está no centro do objetivo norte-americano de derrubar o governo nacionalista venezuelano. ”**

62 bilhões de dólares (40% do total de empréstimos desse país na América Latina), dos quais o chavismo pagou um terço em espécie, entregando petróleo (5% das importações chinesas). A China importa também mineiros, ouro e outras matérias-primas. Tudo indica que a Venezuela também é possuidora de importantes jazidas de urânio. É considerável, nesse contexto, o fato de a China se ter tornado o principal exportador para a Venezuela de manufaturas.

O imperialismo não pode permitir que essas relações políticas e econômicas continuem a vigorar. A derrocada do chavismo é uma via para romper esses laços de interdependência. Em outras palavras: o intervencionismo servirá para pôr, nas mãos dos monopólios e do capital financeiro norte-americano, o controle da produção dos gigantescos recursos naturais do país e de todo o continente. Nesse estrito sentido, o país nada mais é que um elo na luta mundial do imperialismo norte-americano em torno a uma nova partilha do mundo.

Essa constatação explica por que, logo que anunciada a formação do “governo paralelo”, Trump ordenou o bloqueio dos fundos financeiros da estatal PDVSA no exterior, colocando-os a serviço da oposição contrarrevolucionária. Tal medida demonstra que Guaidó nada mais é que o agente político da transferência da exploração dos recursos naturais da nação oprimida das mãos da Rússia e China para a dos Estados Unidos. Não por acaso, já começaram a negociar os futuros contratos de exploração do petróleo venezuelano pelos monopólios norte-americanos. De fato, a Assembleia Nacional já designou representantes comerciais e diplomáticos para acertar com os países estrangeiros os futuros acordos comerciais.

Observa-se que se repetem na Venezuela as manobras e medidas já praticadas em larga escala pelo imperialismo na Líbia. Trump pôs à luz-do-dia a vigência dessas medidas na campanha eleitoral, em 2012, quando disse que estava “interessado na Líbia se tomamos o petróleo. Se não tomamos o petróleo, não há interesse”. Recentemente, o assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, reconheceu, explicitamente, que Trump planeja acabar com o controle estatal do petróleo, e que os EUA “produzam o petróleo na Venezuela”.

Nota-se que o imperialismo empurra a Venezuela a uma guerra civil. Essa via tem sua lógica e seus métodos. A ruptura das relações diplomáticas, as ameaças militares, o confisco das riquezas e dos fundos nacionais pelo imperialismo constituem diferentes meios dirigidos a um mesmo fim: impor um governo títere do imperialismo. Eis por que a declaração de “ilegitimidade” do governo maduro não tem a ver com o processo eleitoral. Trata-se tão somente de acobertar o golpismo e intervencionismo estrangeiros. As correntes que se reivindicam do marxismo e repetem a mesma palavra de ordem servem, em última instância, à política traçada pelos EUA. Colocando-se desse modo no campo da reação. Isto é, servem objetivamente ao programa e aos métodos imperialistas de derrocada do chavismo.

O essencial para as massas venezuelanas e latino-americanas está em compreender que, se o imperialismo avançar em seus objetivos, imporá o saque ao País, com faz em toda a parte, e reforçará a opressão nacional em toda a América Latina. O chavismo se demonstrou incapaz de impor a independência nacional da Venezuela. O que exigia a revolução agrária, expropriação da grande propriedade, estatização de capital financeiro, e implantação do monopólio estatal do comércio exterior. A procura de equilibrar-se

no poder, sobrepondo-se às pressões do imperialismo e da oposição burguesa interna, inevitavelmente levaria a Venezuela ao caos econômico e à imposição de severas condições de existências da maioria oprimida. O regime chavista acabou por servir à camarilha de militares que têm interesses próprios, e não podem romper com o imperialismo, embora estivessem e estão em choque com os Estados Unidos. As Forças Armadas, por constituírem um dos pilares do Estado burguês, voltarão a servir ao imperialismo. Acabarão como instrumento da contrarrevolução. Somente o armamento da população, sob a política e o programa do proletariado, pode evitar o golpe de Estado, e afastar a possibilidade da guerra civil. O governo chavista deve ceder passagem à revolução e à constituição de um governo operário e camponês. Caso contrário, não resistirá por muito tempo às poderosas pressões mundiais do imperialismo

“ *O intervencionismo servirá para pôr nas mãos dos monopólios e do capital financeiro norte-americano o controle da produção dos gigantescos recursos naturais do país e de todo o continente. Nesse estrito sentido, o país nada mais é que um elo na luta mundial do imperialismo norte-americano em torno a uma nova partilha do mundo.* ”

e da burguesia latino-americana. As massas que o apóiam se mostram cansadas, e não veem como o governo resolverá a crise que pôs na ordem do dia a revolução e a contrarrevolução.

Certamente, a balança pesa em favor da derrocada de Maduro e da volta da fração burguesa pró-imperialista ao poder. Os Estados Unidos estão prontos para se apossarem do comando econômico do da Venezuela, e utilizar a vitória para disciplinar os governos latino-americanos por trás das diretrizes de Trump. Apesar da situação desfavorável, é possível uma virada, uma vez que as camadas mais politizadas dos explorados ainda têm esperança em derrotar os vende pátria. É urgente o armamento do povo, criação de organismos da democracia operária e expropriação da burguesia e do imperialismo. A indústria, a reserva de petróleo e toda fonte de matéria-prima devem ser imediatamente colocadas sob o controle operário e popular. Há que erguer uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a bandeira de independência nacional e autodeterminação da nação oprimida.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional combate a intervenção do imperialismo, e se coloca pelo incondicional direito da Venezuela à autodeterminação. Defende que a via da derrota da contrarrevolução depende da superação do nacionalismo burguês e da constituição de um governo operário e camponês, que encarne a ditadura do proletariado.

Adquira com o distribuidor de Massas: R\$ 35

## SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

# Alcance mundial da guerra comercial dos Estados Unidos

As medidas adotadas pelos Estados Unidos determinam a maioria dos conflitos que surgiram nos últimos tempos. Essas medidas afetam o mundo inteiro, direta ou indiretamente. A guerra comercial mais aberta entre as principais potências tem seu correlato nas ações e ameaças militares.

A crise econômica mundial, que explodiu em 2008/2009, não pôde ser superada, se estendeu e aprofundou. As novas crises são manifestações dela.

Os Estados Unidos romperam acordos comerciais de décadas com seus sócios preferenciais, ressuscitou um forte protecionismo e uma política econômica agressiva contra o mundo inteiro. Quer acabar com o déficit comercial extraordinário acumulado, fortalecer sua economia, reindustrializar alguns setores, recuperar sua hegemonia como grande potência que impõe suas condições ao mundo todo, procurando deter o avanço dos chineses. Essa decisão tem sua extensão na política militar, ameaçadora, acentuando sua intervenção como o principal gendarme. Nesse terreno, atua como sócio direto de Israel, reproduzindo suas políticas mais reacionárias no Oriente Médio.

Essa política avança e retrocede o tempo todo, devido às resistências que encontra, no exterior e no interior dos Estados Unidos. Essa virada na política comercial está rompendo décadas de interrelações econômicas, uma ruptura do que se chamou “globalização”. O comércio mundial, que teve um grande crescimento nas últimas três décadas, se estancou, e começa a patinar e retroceder.

---

“ *Não são os acordos multilaterais que freiam sua economia, ou provocam os déficits e o endividamento gigantesco, senão, a grande crise capitalista, crise de superprodução, de contradição insuperável entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.* ”

---

A posição do governo dos Estados Unidos é de que, com esses acordos, sua presença na economia internacional se reduza cada vez mais, podendo perder seu papel hegemônico e que, se não produzir agora uma ruptura, mais tarde sua força será limitada para intervir. A ruptura unilateral desses acordos tampouco servirá aos Estados Unidos para reverter, no longo prazo, sua decadência. Não são os acordos multilaterais que freiam sua economia, ou provocam os déficits e o endividamento gigantesco, senão, a grande crise capitalista, crise de superprodução, de contradição insuperável entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

Entrou em vigência, em junho de 2018, o aumento de tarifas para a importação de alumínio e de aço oriundo da Europa, em nome da “segurança nacional”. Essa medida foi considerada ilegal pelo Conselho Europeu. Essa medida, transitoriamente, havia sido congelada, provavelmente especulando com o apoio da Europa para sua ruptura unilateral do acordo nuclear com Irã. A ruptura desse acordo prejudica as maiores corporações

européias instaladas no Irã, que ficam bloqueadas pelas sanções econômicas dos Estados Unidos. Por sua vez, a Europa estuda medidas de represália contra a importação de produtos dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos dependem da importação de aço e de alumínio. Não é autossuficiente, nem tem possibilidades de conseguir. As elevadas tarifas que impôs serão transferidas como um maior custo de produção local, provocando inflação. Trump, por sua vez, denuncia que a União Europeia e Canadá “impuseram tarifas comerciais massivas e barreiras comerciais ... táticas comerciais que são ‘totalmente injustas’ para os agricultores, trabalhadores e empresas dos Estados Unidos”. O superávit comercial da União Europeia com Estados Unidos é de 151 bilhões de dólares.

Trump, no G7, reunido em junho de 2018, no Canadá, ameaçou deixar de comerciar com aqueles países que mantenham tarifas às exportações norte-americanas, especialmente no setor agrícola. “É muito injusto para nossos agricultores” que outros países como Canadá ou a Índia imponham elevadas tarifas aos produtos norte-americanos.

Os Estados Unidos têm um desequilíbrio comercial com a China de magnitude extraordinária, um déficit de US\$ 276 bilhões, em 2017, e, em 2018, US\$ 323 bilhões. Os Estados Unidos pretendem cortar US\$ 200 bilhões desse déficit. As penalidades, que pretenderam impor para reduzir as importações, tiveram de ser revertidas, porque tiveram como resposta a elevação das tarifas sobre suas exportações à China, e a ameaça de cancelamento de compras, o que imediatamente provocou a reação de setores internos dos Estados Unidos para evitar essa penalidade.

Em meio à guerra comercial, fez um acordo, em junho, com Beijing, para o retorno ao mercado norte-americano do gigante das telecomunicações ZTE, que havia sido proibido “para sempre” por Washington.

Os Estados Unidos pretendem limitar a crescente influência tecnológica chinesa. A China fabrica cerca de 90% do hardware informático do mundo, inclui 75% de todos os telefones celulares. A economia mundial está cada vez mais assentada sobre uma infraestrutura de tecnologia informática fabricada na China, liderando o mundo nesse terreno. Os principais provedores de tecnologia telefônica 5G são todos chineses.

A China acaba de reformar a lei de patentes, incluindo, pela primeira vez, um sistema de “danos punitivos”, para castigar a infração à propriedade intelectual, que até agora não era penalizada. O imperialismo reclamava há décadas por uma ação nesse sentido, mas agora o faz em defesa própria. Seu avanço científico levou a preservar suas próprias criações.

Os Estados Unidos estimam que, em 2025, se produzirá o salto de liderança da inovação tecnológica pelos chineses, ameaçando substituí-los. Essa poderia ser a motivação mais forte da guerra comercial que desataram. Um documento do Pentágono, recentemente difundido, assinalou que “a estratégia econômica chinesa implica uma ameaça significativa para a estrutura industrial dos Estados Unidos e, portanto, um crescente risco para

a segurança nacional”, ... “a agenda 2025 elaborada por Beijing aponta liderar em inteligência artificial, computação, robótica, sistemas médicos sofisticados, componentes high tech e dominar o mercado mundial para veículos elétricos. Uma realidade considerada no documento ‘crítica para defesa nacional’”.

Em 30 de janeiro de 2019, haverá um encontro de representantes de ambos os países, para negociar um esfriamento da guerra comercial. A iniciativa foi tomada pelos Estados Unidos, enviando uma missão à China. Por um lado, a ofensiva de tarifas contra as importações chinesas desatou uma tempestade de críticas das grandes corporações norte-americanas, e o chefe da pasta econômica recomendou reduzir em duas etapas as tarifas “para acalmar os mercados”. Especialmente reclamam que se ponha fim às tarifas sobre importação de aço e alumínio. A China, em troca, ofereceria um forte incremento de importações oriundas dos Estados Unidos para equilibrar a balança comercial. A guerra comercial teve impacto na economia chinesa, reduzindo consideravelmente seu índice de crescimento, de exportações e importações.

A Rússia também respondeu com aumento de tarifas às importações dos Estados Unidos sobre equipamentos para construção de estradas, indústria petrolífera e gás, fibra ótica e máquinas para processar metais.

A forte redução de impostos às empresas e às pessoas nos Estados Unidos favoreceu capitais para a produção, que efetivamente mostrou um crescimento da economia. Esse crescimento, porém, não cobre o desequilíbrio que produz a perda de ingressos pela redução de impostos.

Essa nova situação gera um crescimento das taxas de juros nos Estados Unidos, uma vez que necessita absorver bilhões de dólares do mundo para financiar seu déficit, revertendo um longo período de taxas muito baixas, destinadas a salvar bancos e empresas, atingidos pela crise 2008-2009. Essa situação prejudica os países endividados, aumentando os juros de suas dívidas, e também alterando as paridades cambiais. Começa também a afetar os preços das commodities.

## A bomba da dívida mundial ameaça explodir

A dívida atingiu um nível jamais visto desde a Segunda Guerra Mundial. “Os altos níveis da dívida e os elevados déficits públicos são motivos de preocupação”, adverte o Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu Monitor Fiscal. As nações com elevado endividamento sentirão o endurecimento das condições globais de financiamento.

De acordo com o Instituto Internacional de Finanças (IIF) “é uma gigantesca enormidade, um desconunal peso que ameaça esmagar-nos. Jamais havíamos ficado tão endividados”. A dívida mundial aumentou a US\$ 244 trilhões, “próximo ao recorde histórico”, equivale a 318% do PIB mundial. Desse total, US\$ 65 trilhões é dívida dos governos e US\$ 46 trilhões, dívida familiar.

Mais de um terço das economias avançadas, por exemplo, devem como mínimo o equivalente a 85% do tamanho de sua

economia, três vezes mais que no ano 2000.

A bolha creditícia se cruza com a política do Banco Central dos Estados Unidos, que eleva a taxa de juros. O Banco Central Europeu (BCE) também prevê um endurecimento monetário progressivo.

À elevada dívida pública, há que acrescentar também a delicada situação de endividamento privado, que se duplicou em uma década e já atinge 120% do PIB mundial.

Os países atrasados são mais sensíveis à fuga de capitais em direção às metrópoles. Ficam expostos à variação dos tipos de câmbio: grande parte de sua dívida foi contraída em moeda estrangeira.

A maior economia do mundo, os Estados Unidos, também apresenta problemas de dívida. O incremento do gasto em US\$ 150 bilhões (0,7% do PIB) por ano, combinados com a redução de impostos, levarão ao déficit dos Estados Unidos acima de trilhão de dólares (mais de 5% do PIB). Em 2018, já atingiu US\$ 780 bilhões.

A crise da dívida europeia provocou a crise do euro, seis anos atrás. Apesar das medidas tomadas, não conseguiram eliminar os riscos. Nos últimos meses, cresceu o risco da dívida italiana. E pode repetir-se a situação similar a de 2012.

## A guerra comercial ativa a preparação militar

Xi Jinping ordenou ao exército chinês para que esteja preparado “à batalha”.

Em plena disputa territorial no Mar Meridional e após a escalada de tensão com os Estados Unidos em matéria de

comércio, o presidente pediu “reforçar os sentidos para a adversidade inesperada”, que “centre seus esforços para melhorar a capacidade de combate e estar prontos para entrar em ação”, informou o jornal oficial China Daily.

Exigiu das tropas que “se preparem para uma luta militar completa desde um novo ponto de partida”, para o que “se deve aprimorar na preparação para a guerra e o combate, para garantir uma resposta eficiente em tempos de emergência”.

Chama a “entender corretamente as principais tendências da segurança nacional e desenvolvimento”, e a “reforçar seus sentidos para a adversidade inesperada, a crise e a batalha”. Apontou que o mundo se encontra numa era de “mudanças dramáticas”, nas quais crescem os “riscos e desafios imprevisíveis”.

O jornal do Exército Popular de Libertação, periódico oficial das Forças Armadas, publicou um editorial em que assegurava que “não há tempo a perder na preparação da guerra”.

Xi não descartou o uso da força contra “intervenções exteriores e os poucos separatistas de Taiwan”, para garantir uma eventual reunificação com a que Pequim considera uma província rebelde. Assegurou que, apesar de sua opção preferida ser a pacífica, a ilha “deve ser e será reunificada” com a China.

Simultaneamente, a marinha taiwanesa também publicou um vídeo em sua página oficial de Facebook, em que mostrava os avanços nas provas com seus novos mísseis supersônicos, com capacidade para atingir alvos na China.

---

**“ De acordo com o Instituto Internacional de Finanças (IIF) “é uma gigantesca enormidade, um desconunal peso que ameaça esmagar-nos. Jamais havíamos ficado tão endividados”. A dívida mundial aumentou a US\$ 244 trilhões, “próximo ao recorde histórico”, equivale a 318% do PIB mundial. Desse total, US\$ 65 trilhões é dívida dos governos e US\$ 46 trilhões, dívida familiar.**

---

## Aprofunda-se a crise na Europa



A Europa não pode sair de sua crise e aparecem novos problemas, a todo o tempo. Não consegue estabilizar a economia, nem o Euro. A política dos EUA agrava a situação. O principal sócio das grandes potências europeias rompe os acordos, fez naufragar o Acordo Trans Pacífico, o acordo sobre as mudanças climáticas, e rompeu o acordo nuclear com o Irã, que prejudica grandes corporações europeias, que investiram nesse país – ainda que com a intervenção direta de Merkel e Macron, para evitá-lo. Agora, impõem tarifas à importação de aço e alumínio da Europa, mas, a Alemanha, em especial, está preocupada com o avanço das tarifas de importação de carros (isso se deve à denúncia dos EUA às elevadas tarifas às suas exportações de carros para a Europa).

“ *Cresce o processo de direitização dos governos da Europa do Leste, o que também se verifica nos resultados eleitorais na Áustria e Alemanha. O “Brexit”, a saída do Reino Unido da União Europeia, traz novos problemas, repercutindo no comércio e em toda a economia na região.* ”

A Comissão Europeia decidiu excluir as empresas dos EUA dos projetos de defesa, voltando seu orçamento para planos nos quais participem pelo menos três países membros. “A OTAN é um morto vivo”, afirmou Sylvie Kauffmann, no *The New York Times*.

Na base da crise, encontra-se sua integração em um bloco econômico que se baseia, por um lado, na opressão da Alemanha e França sobre as nações mais atrasadas e, por outro, no fortalecimento das principais multinacionais, que têm um maior mercado, que concentram e centralizam cada vez mais. O euro é um espartilho de ferro para essas economias mais débeis, são países sem moeda, sem política monetária própria, submetidos ao estatuto colonial, que lhes impõem as nações mais poderosas. A firmeza da Alemanha nesse terreno encontra como resposta um crescente sentimento anti-alemão no restante da Europa.

A bancarrota da Grécia se aprofundou a níveis impensáveis, novos e violentos ajustes ameaçam fazê-la desaparecer, levam 9 anos de ajustes. O capital financeiro está apoderando-se de todas as empresas e todos os recursos, retrocedendo muito fortemente as condições de vida das massas. Esse é o destino dos países que se submetem incondicionalmente ao Banco Central Europeu (BCE), ao FMI e à Comissão Europeia (CE).

A queda de Rajoy e de seu partido na Espanha, que se apresentou como uma nova mudança no marco das instituições, à margem da intervenção das massas, expressa a decomposição do regime, carco-

mido pela corrupção. As denúncias vinham desde longe, no entanto, estouraram há poucos meses. Acumula-se o rechaço à política de forte submissão ao capital financeiro, que mantém uma das taxas de desemprego mais elevadas do mundo, um crescimento da precarização trabalhista, e a perda do poder aquisitivo da população; e o conflito sem resolução com a Catalunha, que pretendeu resolver legalmente, reprimindo e encarcerando as autoridades, situação similar que impõe a outras nacionalidades.

A direitização do governo na Itália, com elementos fascistas entre os principais funcionários, e o tempo que levou para formar um governo, não é mais que a expressão de sua crise econômica e financeira. Seus principais bancos têm um grau de morosidade e inadimplência que, se fossem sinceros seus balanços, provocaria uma corrida bancária em toda a Europa. A Itália foi mal desde a criação do Euro. Seu PIB real, em 2016, foi o mesmo que em 2001. Ainda que a Zona do Euro, de conjunto, tampouco tenha ido bem de 2008 a 2016, seu PIB real só aumentou 3% no total. O que revela um problema de conjunto da zona do Euro, a Itália não é uma exceção. Debate-se a possibilidade de emitir outra moeda, que funcione em paralelo, o que está expressamente proibido pelo acordo do Euro.

Cresce o processo de direitização dos governos da Europa do Leste, o que também se verifica nos resultados eleitorais na Áustria e Alemanha.

O “Brexit”, a saída do Reino Unido da União Europeia, traz novos problemas, repercutindo no comércio e em toda a economia na região.

O Reino Unido parece não ter ideia sobre como avançar a sua saída da UE, que tem data e hora: o próximo 29 de março, às 11 da noite. A quase dois anos do referendo em favor do Brexit, e a poucos meses de que o Reino Unido saia da UE, May não tem um plano para o Brexit, porque as divisões internas de seu governo e seu partido a impedem, vários de seus funcionários renunciaram, acusando o governo de que o plano de uma ruptura limitada os deixaria submetidos, econômica e legalmente, “convertidos em uma colônia da UE”. O acordo alcançado com a UE foi rechaçado pelo parlamento, provocando a maior derrota de um governo. May deverá propor uma alternativa, porém, a UE responde que não haverá outra proposta de acordo. As maiores empresas, como Airbus e BMW, ameaçam deixar o Reino Unido.

O Brexit serve à UE para demonstrar a seus países membros o alto preço econômico e político que possa pagar um país por abandonar o bloco. Já se puseram em marcha os planos de contingência em todos os níveis (por exemplo, implementar em todos os portos e aeroportos controles aduaneiros às mercadorias e passageiros). A UE, desde o Tratado de Maastricht, de 1992, mantém uma política neoliberal, e tem cada vez mais problemas na zona do Euro (19 países, do total de 27, usam o euro como moeda).

Um elemento de grande pressão é a exigência de Trump de que May deixe de titubear, e rompa abertamente com a UE. Também fez o mesmo com a França, sugerindo-lhe a ruptura. A Inglaterra, por sua vez, trabalhou sobre vários países, para que rompam com a UE, sem êxito. Produto da crise, a Libra se desvalorizou, diante do Euro e do Dólar, e estima-se que possa seguir caindo. 49% das exportações do Reino Unido tem como destino a UE. Um elemento adicional de crise é a fronteira entre Irlanda do Norte (britânica) e Irlanda do Sul, que é parte da UE. Em meio à crise, se potencia a reivindicação de independência da Escócia, que quer permanecer na UE.

As imigrações massivas a partir da África e do Oriente Médio não se detêm. São dezenas de milhares, que escapam da fome, do desemprego e da guerra, situações provocadas em grande parte pela intervenção das principais potências da Europa. Na maioria dos países, se formou uma corrente contrária aos imigrantes, associando-os a situações de violência para a sociedade, e com um custo no orçamento nacional, que sai de seus bolsos. O novo governo italiano fecha seus portos do Mediterrâneo aos imigrantes, sua posição é que, se os imigrantes chegam à Itália, estão chegando à Europa, e todos devem se encarregar do asilo. O governo alemão endureceu sua política migratória, construirá acampamentos para aqueles que buscam asilo, e reforçará a fronteira com a Áustria. Disputam miseravelmente como absorver os 1,8 milhões de imigrantes, vindos pelo mar, desde 2014, e quem deve assumir a responsabilidade pelos que acabam de chegar, se os países fronteiriços por onde ingressam, ou os países mais ricos.

A UE acordou em Bruxelas, em 29 de junho, reforçar suas fronteiras externas, e criar centros de identificação de imigrantes, “para determinar se são refugiados legítimos”.

O FMI felicita abertamente a França pelo impulso às reformas

## Brexit afunda a Inglaterra em uma profunda crise

A Europa não pode sair de sua crise, e aparecem novos problemas a todo o tempo. Não consegue estabilizar a economia, nem sua moeda, o Euro. A política agressiva dos Estados Unidos agrava a situação. O principal sócio das maiores potências europeias rompeu os acordos, naufragou o Acordo Transpacífico, o acordo sobre a Mudança Climática e rompeu o acordo nuclear com o Irã, que prejudica as corporações europeias que exploram esse país, apesar da intervenção direta de Merkel e Macron para evitá-lo. Além disso, os Estados Unidos exercem uma enorme pressão sobre a OTAN para que todos os países comprem mais armas e as pague.

O Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, traz novos problemas para o comércio e toda a economia da região. No entanto, não tem ideia de como promover a saída da União Europeia, cuja data e hora são 29 de março, às 11 da noite.

Passados dois anos o referendo que aprovou o Brexit, e faltando poucas semanas para a Inglaterra sair da União Europeia, May não tem um plano, porque as divisões internas de seu governo e de seu partido são impeditivas. Vários de seus funcionários renunciaram, acusando o governo de um plano de ruptura limitada, que os deixaria submetidos econômica e legalmente, “transformados em uma colônia da UE”. O acordo com a União Europeia foi rejeitado em 15 de janeiro pelo parlamento, provocando a maior derrota de um governo britânico. Todo um setor de seu partido passou à oposição. May deverá propor uma alternativa, mas a União Europeia respondeu que não fará outra proposta de acordo.

As derrotas parlamentares agravam a crise política e os choques interburgueses. Crescem as manifestações populares em favor de uma nova consulta, que o governo descarta. Poderosas corporações afirmam que não há outra via para restabelecer a confiança no go-

antipopulares, que são um exemplo. O governo francês lançou uma ofensiva de reformas em todos os terrenos, aproveitando sua vantagem parlamentar. Mas, encontrou uma forte resistência do proletariado francês, que batalha, desenvolvendo longas e duras lutas, em defesa de suas conquistas, aparecendo como forte referência para o restante da sociedade e dos trabalhadores de toda Europa. E encontrou, nas últimas semanas, com o movimento dos “coletes amarelos”, que tem alcance nacional, e provocou uma enorme crise política. Detonou a explosão contra o aumento de combustíveis e, imediatamente, apareceu o questionamento ao governo, o rebaixamento de impostos para os mais ricos, e todo tipo de demandas. Destaca-se pelas medidas de ação direta, seu enfrentamento com a repressão e sua firmeza para negociar, gerando a simpatia dos oprimidos na Europa e em todo o mundo.

Depois do incremento das tensões com os EUA, as relações dos países europeus com a Rússia (que foi “suspensa” do G-8 depois da “anexação da Crimeia”) estão mudando. Vários países e líderes das direitas mantêm relações com a Rússia, e pedem o levantamento das sanções. Trump também pede pelo regresso da Rússia. Merkel e Macron visitaram a Rússia em fins de maio, para negociar a defesa do acordo com o Irã, porém, na última reunião do G7, se opuseram à proposta de Trump. A Europa recebe um terço de seu fornecimento de gás da Rússia, cifra que seguirá aumentando.

Essa síntese da situação atual mostra a gravidade da crise, que não pode ser encerrada. Novos choques, novas explosões, virão no curto prazo. É o melhor quadro para que apareçam as ricas tradições do proletariado europeu, desenvolvendo sua estratégia política, transformando-a em partido, enterrando todas as traições da socialdemocracia e do estalinismo.

verno, senão um novo referendo.

Empresas de grande porte, como a Airbus e BMW, ameaçam deixar o Reino Unido. A Honda anunciou o fechamento de sua planta. Em 2018, 42 empresas se mudaram para a Holanda. Bloomberg e Discovery transferiram sua sede em 2019. Outras 250 empresas analisam o que fazer. Entre as que já anunciaram a transferência, figuram corporações financeiras internacionais, como MarketAxess e Azimo, e a seguradora marítima Uk P&I. O banco de investimento japonês Norinchukin, e o grupo britânico TVT media também disseram que vão se mudar. A Agência Europeia de Medicamento (EMA) abandonará Londres, depois do Brexit, para se instalar também em Amsterdã.

O Brexit, por sua vez, serve à União Europeia para demonstrar a seus países o alto preço econômico e político que um país pode pagar por abandonar o bloco. Foram postos em marcha planos de contingência em todos os níveis, por exemplo, implantar em todos os portos e aeroportos controles aduaneiros a mercadorias e passageiros. A União Europeia, desde o Tratado de Maastricht de 1992, mantém uma política neoliberal, e apresenta cada vez mais problemas na Zona do Euro (somente 19 países, de um total de 27, usam o Euro como moeda).

Um elemento de grande pressão é a exigência de Trump para que May rompa abertamente com a União Europeia. Fez o mesmo com a França. A Inglaterra, por sua vez, atuou sobre vários países, para que rompessem com a União Europeia, mas sem êxito. A libra se desvalorizou diante do euro e do dólar, em razão da crise. Estima-se que poderá continuar caindo. 49% das exportações do Reino Unido vai para a União Europeia. O elemento adicional da crise é a fronteira entre Irlanda do Norte (britânica) e Irlanda do Sul, que é parte da União Europeia. Em meio à crise, potencia-se a reivindicação de independência da Escócia, que pretende permanecer na União Europeia.

O Brexit terá impacto negativo em qualquer dos cenários previstos. A discussão no interior da burguesia é a de quais setores arcarão com maiores perdas. Projeta-se uma situação de maior desindustrialização e primarização da economia, ainda que o Reino Unido tenha deixado de ser uma potência industrial. A ilusão dos partidários do Brexit, de que uma aliança mais ampla com os Estados Unidos lhes permitiria manter o equilíbrio, já é vista como uma fantasia, levando em conta a guerra comercial em curso.

Na base desses movimentos, estão as contradições que impulsionaram a crise de 2008, que puseram na superfície os desequilíbrios, que resultaram do fracasso da burguesia europeia em superar o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais. A unificação monetária, comercial e fiscal, nas condições de estancamento e recessão, passaram a impulsionar as tendências centrífugas nas potências. Por detrás dos embates diplomáticos e políticos, está a defesa dos interesses das potências dominantes, fundamentalmente dos Estados Unidos e Alemanha, um por desfazer, outro por manter, a centralização econômica-política da União Europeia.

A agudização da guerra comercial é o reflexo condicionado do esgotamento da partilha do mundo posterior a Segunda Guerra Mundial. No campo da política mundial, poderá assumir a forma de

centralização autoritária e de maior intervencionismo. Tendência que ganha força e se orienta fundamentalmente a descarregar a crise sobre as massas das nações oprimidas.

O essencial para a política revolucionária reside em que, qualquer que seja a via traçada pela burguesia imperialista para sair da crise, se traduzirá para a vida das massas em desemprego, subemprego, precarização trabalhista, quebra de direitos, miséria, carestia e empobrecimento da classe média. A burguesia inglesa tentará descarregar as consequências da perda de mercados e lucros sobre as massas, levando assim a novos choques de classe e de agravamento das contradições internas.

É necessário opor o programa proletário ao programa burguês, que promove a guerra comercial e leva à destruição de forças produtivas. Somente o programa da classe operária pode de fato unificar o continente sob novas bases e novas relações sociais de produção. O proletariado organizado no campo de sua independência de classe freará a ofensiva geral da burguesia contra suas condições de vida. O proletariado britânico e europeu estão diante da tarefa de pôr em pé em cada país o partido marxista-leninista-trotskista, baseado no programa e a na estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

## A ENORME LUTA DOS “COLETES AMARELOS” NA FRANÇA IMPACTA A EUROPA

Completaram-se 3 meses da iniciativa dos “jalecos amarelos”, que se iniciou em meados de Novembro, que comoveu a França e ganhou a simpatia da Europa e do mundo. As centrais sindicais se somaram em fevereiro, com uma paralisação geral, e convocaram outra, para o dia 19 de março.

### Essa revolta abriu uma nova fase da luta de classes na Europa

Há uma clara interdependência entre a irrupção das massivas e radicalizadas greves operárias dos últimos anos com a intervenção da pequena burguesia em defesa de suas condições de vida. São liames de uma molecular e progressiva rebelião das massas oprimidas contra a ofensiva do capital financeiro e monopolista que afunda o continente na barbárie social.

Na **Albânia**, mobilizações contra o aumento das mensalidades escolares e universitárias projetam o choque contra o capital financeiro, que domina a educação no continente, e se combina com as mobilizações populares contra a alta de preços, que o regime pró-imperialista do primeiro ministro, Edi Rama, aplica seguindo as ordens da União Europeia (UE).

Na **Sérvia**, crecem as marchas contra a violência estatal e o Estado policial. Na **Hungria**, a burocracia sindical foi obrigada a se colocar à cabeça das marchas contra a reforma trabalhista (a lei é conhecida como “Lei dos escravos”) do primeiro ministro, Viktor Orbán, que possibilita aos capitalistas incluir até 400 horas extras por ano, pagando por elas três anos depois. Na **Grécia**, se retomaram as greves operárias contra as medidas antinacionais e antiopeleptárias, a destruição dos serviços e as desnacionalizações.

A Europa continua submersa em uma crise política e social de amplas proporções. A crise capitalista continua destruindo empregos, conquistas e direitos. Na base desse fenômeno se encontra o esgotamento das limitadas possibilidades da unidade capitalista do Continente. A queda dos lucros monopolistas agravou, ao mesmo tempo, o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. Assim, as contradições acumuladas nos países (desemprego, cares-

tia, precarização, etc.) se estenderam a toda Europa.

As contínuas revoltas operárias e populares mostram que estão presentes as condições para uma luta internacional dos explorados e oprimidos do continente contra o imperialismo e a grande propriedade privada monopolista, que se colocam por cima das fronteiras nacionais e determinam os rumos das políticas e medidas dos governos nacionais. A União Europeia e o Euro foram instituídos para garantir os negócios do capital financeiro.

Aparece, à luz do dia, a necessidade de que as massas superem os estreitos limites das lutas corporativas e nacionais. O proletariado se encontra frente à tarefa estratégica de romper com suas direções conciliadoras, entreguistas e servis e projetar a luta de classes ao campo internacional. O programa que servirá ao objetivo de avançar para a independência de classe e ao internacionalismo proletário se expressa na defesa dos **Estados Unidos Socialistas da Europa**.

É nas condições em que aparece claramente a quebra e desintegração do capitalismo, que adquire toda sua importância a tarefa de abolir as fronteiras nacionais, e desenvolver a planificação econômica das forças produtivas continentais, sobre a base da expropriação da grande propriedade monopolista dos meios de produção, e sua transformação em propriedade social.

### Há oito anos que a França está em convulsão por massivos e radicalizados protestos dos explorados

Que se levantam contra a política dos sucessivos governos burgueses, os quais aplicam duros planes de ajuste contra as massas, para garantir maiores benefícios para o grande capital. O movimento dos “jalecos amarelos” mostrou que aquela luta continuava viva. E exerceu uma forte pressão, depois de 12 sábados consecutivos de mobilização, para que as centrais sindicais convocassem a greve geral de 5 de fevereiro, e outra para o dia 19 de março.

O **Governo** aproveitou sua maioria parlamentar para impor uma grande quantidade de leis que recomendava o FMI, que o felicitou e mostrou como exemplo a ser imitado no resto do mundo.

O candidato da “nova política” havia despertado ilusões em amplos setores que nele votaram, faz menos de dois anos, e que rapidamente foram desenganados. Vê-se o Presidente claramente identificado com os bancos e grandes empresários. Vários setores reivindicam sua renúncia.

O **detonador** dessa mobilização foi o anúncio de Emmanuel Macron, no início de novembro, de um aumento do preço dos combustíveis. **A resposta:** um grande movimento, que tomou as ruas do país. Milhares de manifestantes decidiram impor nas ruas a revogação da decisão antipopular.

A burguesia e o governo se viram diante de um **movimento nacional radicalizado**. Bloquearam-se refinarias e se organizaram centenas de piquetes, nas estradas e ruas, e mobilizações muito radicalizadas em Paris e outras cidades donde houve além disso incêndios de automóveis, saques de comércios e vitrinas quebradas. Somou-se o bloqueio de centenas de liceus e a inclusão de alguns sindicatos. Em Burdeos, em 16 de fevereiro passado, várias colunas com milhares de manifestantes marcharam pelos bairros acomodados, proclamando “morte aos ricos”, os manifestantes chegaram depois ao centro histórico, onde se enfrentaram com a polícia.

O movimento, que inicialmente levantou como bandeira a anulação do aumento, foi ganhando adesão da população. Assim, deram aos protestos um amplo programa de reivindicações econômicas e políticas, como aumento do salário mínimo, redução geral dos impostos, elevação das pensões e a restauração de um imposto sobre o patrimônio dos mais ricos, e outras.

O **motor do enfezamento vem**, entre outros, de quando o Governo acabou com o imposto para as grandes fortunas, entregando 5 bilhões de euros aos mais ricos, enquanto o aumento do combustível afeta a grande maioria da população, assim como o corte de subsídios sociais. Foi um rechaço a essa fenomenal desigualdade fiscal. O Governo não quer nem discutir o que é uma questão central de sua política, a redução de impostos aos mais ricos.

**Criaram-se as condições de um levante nacional das massas, e de um agravamento dos choques de classe contra classe.** O governo buscou abortar o movimento, combinando a violenta repressão com negociações com todos os partidos e direções sindicais. Mas as massas rechaçaram a representação das direções, acusadas de terem capitulado diante do governo, ou abortado as lutas.

A **burocracia sindical** tinha conseguido, até agora, bloquear as tendências de luta presentes em amplos setores do proletariado. Não esqueçamos que, recentemente, prestaram um grande serviço para a burguesia, ao bloquear as tendências revolucionárias das massas na greve geral de julho de 2017, e a revolta das bases operárias e de setores das classes médias, que enfrentavam a proposta do governo de privatizar as linhas de trem. Tanto em 2017 como no início de 2018, a burocracia se mostrou como um instrumento servil da política burguesa. Esse é um fator a ter em conta na hora de prognosticar a evolução do movimento. É essa direção que convocou a paralisação geral e a mobilizar juntos, diante da simpatia generalizada que despertaram os “jalecos amarelos” e a pressão de suas bases.

**Para a vitória do movimento, era essencial que as classes médias radicalizadas confluíssem com a classe operária em uma poderosa frente única para derrotar os ajustes e aumentos do governo.** Nesse sentido, a **greve geral de fevereiro e março expressa um salto qualitativo na luta**, que acelera a crise política e a possibilidade de derrotar Macron e todas as suas reformas antio-perárias e antipopulares.

A **greve geral de 5 de fevereiro**, convocada pelos principais sindicatos foi acompanhada de piquetes em locais de trabalho, bloqueio em universidades e paralisação em setores do transporte. As

manifestações, greves e bloqueios foram organizados em unidade com os jalecos amarelos em todo o país. Mais de 160 manifestações, bloqueios e ações se organizaram em toda a França. Em Paris e nas principais cidades, se realizaram manifestações, enquanto os ferroviários paralisaram o serviço de trens, até as primeiras horas do dia seguinte. A greve foi plena nas universidades e outros estabelecimentos educativos. O sindicato SUD chamou o pessoal “desde o jardim de infância até a universidade” a participar na greve geral contra as medidas do governo, que afetam o setor, e em apoio às reivindicações dos jalecos amarelos. A Federação Sindical Unitária (FSU), a principal federação de educação, também foi parte desse dia de mobilização. Organizações de estudantes se uniram ao protesto, para protestar contra a reforma da escola secundária, que “*reforça*



“*Criaram-se as condições de um levante nacional das massas, e de um agravamento dos choques de classe contra classe. O governo buscou abortar o movimento, combinando a violenta repressão com negociações com todos os partidos e direções sindicais.*”

*mais do que nunca as desigualdades escolares, e contra o aumento das taxas de matrícula para os estudantes estrangeiros*”. Várias universidades em todo o país amanhecera bloqueadas, para garantir a paralisação, incluindo a universidade de Sorbonne, em Paris.

Assim, a “**convergência de lutas**” com os “**jalecos amarelos**” **começou a concretizar-se**. Sindicatos regionais, ativistas sindicais, organizações de estudantes e setores dos jalecos amarelos, vinham pressionando para unificar as lutas. Em várias regiões, havia experiências unitárias de “jalecos amarelos” e “jalecos vermelhos” (cor dos jalecos que leva a sigla da organização sindical dos trabalhadores).

Uma **nova greve** foi convocada pelos sindicatos Confederação Geral do Trabalho, Forza Operária e Solidários, e as organizações estudantis UNL e Unef, para o dia 19 de março. reivindicam um aumento do salário mínimo em 20%, controle dos subsídios públicos concedidos às grandes empresas, um maior desenvolvimento dos serviços públicos, o respeito das liberdades públicas, como o direito a manifestar-se e o fim da violência policial. Denunciam que o Governo não quer reimplantar o imposto às grandes fortunas. A CGT abriu seus locais aos jalecos amarelos, e em três dezenas de departamentos há marchas conjuntas.

A **resposta repressiva do Governo** a um protesto que incluía as reivindicações mais sentidas e urgentes das massas impulsionou mais fortemente o movimento. A maioria dos franceses apoiou firmemente as mobilizações e rechaçou Macron, que foi obrigado a ceder. Primeiro, o aumento do combustível foi suspenso por seis meses, e como não foi suficiente, teve de ampliá-lo para 2019 inteiro. E teve de suspender o aumento da eletricidade e outorgar outras concessões às massas, para tratar de desativar e esfriar a luta. E lançou, nas últimas semanas, algumas iniciativas políticas, para tratar de recuperar sua imagem, uma cortina de fumaça para ocultar o eixo do debate nacional. Como com-

plemento, a Assembleia Nacional lançou uma lei, destinada a “prevenir as alterações nas manifestações e sancionar seus autores”.

**O Governo Macron, que aparecia com vigor, aplicando as políticas do capital financeiro, ficou duramente questionado em sua capacidade de governar.**

O amplo movimento, que fez retroceder a burguesia e o Governo, foi incorporando um conjunto de reivindicações de diversos setores. Originalmente, o movimento estava composto pelas mais heterogêneas camadas da classe média empobrecida do campo e da cidade. Observava-se a presença de caminhoneiros autônomos, empregados do comércio, funcionários públicos e desempregados, atingidos pela alta dos impostos, pelos ajustes fiscais, a desindustrialização e a destruição dos serviços públicos (educação, saúde e transporte).

Ainda que as massas pequeno burguesas já não confiem nos políticos burgueses, e se choquem com o regime burguês, não podem traduzir essas tendências em política socialista, já que não encontram diante dela uma direção revolucionária e uma vanguarda proletária, capaz de unificar as reivindicações sob sua própria estratégia de poder. Mas, nesse cenário se desenvolvem as melhores condições para debater a estratégia da classe operária para tomar o poder e reconstruir a economia sobre outras bases, expropriando

os bancos e os proprietários dos principais meios de produção, e começando por derrubar todas as leis nefastas que impôs Macron.

Os explorados franceses retomaram a greve general de 2017, e haverá um novo impulso à reorganização em escala nacional dos órgãos embrionários da auto-organização regionais, que serviram em seu momento como centros políticos para a unificação dos grevistas. Essa situação tão favorável põe em primeiro plano a luta por organizar no seio dos sindicatos uma tendência classista e combativa, que sirva de canal para a vanguarda revolucionária, para dotar o movimento operário de uma nova direção e colocar-se por cima dos burocratas traidores.

A ação decidida do proletariado, com um claro programa, poderá imprimir um curso revolucionário à crise do poder burguês, e colocar a pequena burguesia sob sua direção política.

A tarefa principal nesse objetivo corresponde à vanguarda que vem forjando-se nas lutas: a de avançar à estruturação do partido marxista-leninista-trotskyista. Assim, a classe operária francesa avançará em sua independência política e se elevará ao programa da estratégia da revolução e da ditadura proletária. Qualquer passo dado nessa direção, por mínimo que seja, abrirá enormes perspectivas da luta de classes.

## A OTAN desaparecerá?

É a maior crise em mais de 70 anos. Os Estados Unidos e a Europa chegaram a um elevado grau de conflito. Houve outros momentos difíceis na relação, como a crise de Suez, de 1956, ou as guerras do Vietnã e Iraque, devido a importantes diferenças, porém, nunca ameaçaram sua existência. A política de crítica e forte pressão sobre a OTAN é parte dos acordos que o governo de Trump foi rompendo, e parte de sua política de quebrar o bloco da União Europeia (UE), mesmo que custe sua aliança militar estratégica.

Tanto a OTAN como a OMC foram criações dos Estados Unidos para garantir sua hegemonia militar e econômica, mas Trump disse que *“A UE foi criada para se aproveitar dos Estados Unidos”*.

Trump qualificou a OTAN como “obsoleta”, apontando para a Alemanha e sua chanceler Ângela Merkel. Na última cúpula da OTAN, em Bruxelas, Trump os qualificou de “delinquentes”, afirmou que a Alemanha é “refém” da Rússia por sua dependência das importações de gás, e lhes exigiu que aumentem seus gastos de defesa para chegar a 4% do PIB.

No início do ano, a Casa Branca pediu ao Pentágono que começasse a analisar o custo e o impacto de uma “retirada em grande escala” das forças norte-americanas estacionadas na Alemanha, estimadas em 35 mil homens. Medida de represália à atitude “pouco amistosa” de Berlim e outros países, que não contribuem equitativa-

vamente com a segurança conjunta que a OTAN proporciona.

A Alemanha respondeu que financia em torno de 33% dos custos da presença militar norte-americana no país. Além disso, assinala que uma ampla proporção das forças estacionadas na Alemanha são utilizadas em operações militares fora da Europa. Merkel assinalou que a Alemanha aporta o maior contingente de forças para a OTAN depois dos EUA e milhares de efetivos de seu país apoiam a intervenção norte-americana no Afeganistão.

Trump criticou a atitude de vários países que destinam menos do 2% de seu PIB ao orçamento de defesa. Esse é o objetivo que os países-membro da organização aspiram alcançar em 2024. Além dos Estados Unidos, que destinam mais de 3,6% de seu PIB a gastos militares, há outros cinco países que cumprem com a meta dos 2% (Grã-Bretanha, Estônia, Romênia, Polônia e Grécia). Somariam-se, este ano, Lituânia, Letônia e França.

Trump exigiu da Alemanha, Bélgica, Noruega e Canadá que cumpram suas obrigações com a OTAN. A resposta alemã foi o anúncio de que em 2018 chegará a 1,24% do PIB e alcançará o objetivo de 2% em 2025.

A soma dos orçamentos de defesa dos membros europeus da OTAN é estimada em US\$ 240 bilhões, cifra que triplica o total dos gastos militares da Rússia, e é comparável ao gasto de defesa chinês.

Cada vez que a Europa tentou criar uma defesa autônoma, diminuindo a participação financeira e a presença militar dos Estados Unidos, foi rechaçada, o que mostra que a política dos EUA não é a de se retirar da OTAN, mas sim a de exercer uma forte pressão para que aumentem suas compras de armamento e o paguem, já que o complexo militar-industrial norte-americano exporta uma parte essencial de sua produção a membros da OTAN.

Trump afirmou que muitos dos 28 membros “não pagam o que deveriam e, francamente, muitos nos devem uma enorme quantidade de dinheiro há muitos anos”.

Finalmente, o presidente americano firmou uma declaração conjunta na qual os membros da OTAN ratificam seu “compromisso inquebrantável” de cumprir com o objetivo de aumentar o gasto militar para 2% do PIB.

A Europa é uma base estadunidense estendida para ações militares. A Alemanha conta com 152 instalações para seu exército e sua força aérea. O maior hospital militar norte-americano está nesse país. E distribuiu seis depósitos de armamento nuclear em cinco nações da OTAN: Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda e Turquia.

A OTAN foi uma peça chave de defesa da Europa frente ao poderio da ex-URSS. E é uma ameaça militar para todo o mundo. Sua crise mostra até onde chega a crise capitalista, que não pode ser superada.

## Realizadas as conferências regionais do POR Brasil

A direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional participou da Conferência Regional do POR-Brasil, no final de janeiro. Em sua reunião, foram apresentadas considerações críticas à Resolução Nacional. Tanto a seção argentina quanto a boliviana mostraram acordo geral com a análise da situação do País, da caracterização do governo Bolsonaro, da adaptação do PT às pressões da burguesia diante do novo governo, da tendência ao agravamento da luta de classes e da correção da linha partidária.

Em particular, discutiu-se a necessidade do Comitê de Enlace de aproveitar o acerto da seção brasileira em sua luta contra o golpe de Estado que derrubou o governo do PT, a correta caracterização de ditadura civil do governo Temer, a severa crítica ao fato da burocracia sindical ter desmontado a greve geral de 25 de abril de 2017, a rejeição à estratégia do nacional-reformismo (PT e aliados) de constituir um novo governo legitimado pela convocação de eleições presidenciais, o seguidismo do centrismo (PSOL e PSTU), o rechaço à falsa caracterização eleitoral sobre antagonismo entre fascismo e democracia, a correção em defender o voto nulo como parte da luta pela independência política dos explorados e, finalmente, a fundamentação sobre a composição militar-policial do governo Bolsonaro, que tende a assumir feições de governo bonapartista.

Discutiu-se a importância do novo governo de se alinhar taxativamente com as diretrizes de Trump, que encarna a guerra comercial, a potenciação das tendências bélicas e o recrudescimento da opressão nacional sobre as semicolônias. O cerco da contrarrevolução à Venezuela abre uma nova etapa do intervencionismo norte-americano na América Latina. Para isso, o Brasil ocupa um lugar de primeira linha. O governo de Bolsonaro sintetiza a virada ultradireitista que as frações da burguesia da América do Sul vêm percorrendo e o alto grau de subserviência ao imperialismo.

Avaliou-se que a defesa da tática da frente única anti-imperialista torna-se mais compreensível à vanguarda e às camadas mais politizadas da classe operária. É preciso explicá-la e apresentar passos concretos que impulsionem o combate anti-imperialista,

### Pela Libertação de Lula Pela constituição de um tribunal popular

A constituição do governo Bolsonaro, baseada em uma camarilha militar claramente vinculada ao imperialismo norte-americano, e em uma facção ultradireitista da Justiça Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público, evidenciou, com maior clareza ainda, o caráter arbitrário e autoritário da prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A cassação de seus direitos políticos foi decisiva para a ascensão e vitória de Bolsonaro. De forma que somente na aparência as eleições presidenciais foram democráticas. A exclusão forçada de Lula, que, reconhecidamente, liderava as pesquisas eleitorais, se deu por um processo judicial condicionado pelo golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, e pelo fim da transição da ditadura civil de Temer. É indisfarçável reconhecer que o aparato judicial foi colocado a serviço da frente burguesa que promoveu o golpe para assegurar sua continuidade. Por trás dessa estratégia de poder, estiveram as Forças Armadas. O que potenciou suas ações para retomar a influência política no Estado, influência

como parte da luta pela revolução e ditadura proletárias. A popularização da estratégia de poder, que se expressa na bandeira de governo operário e camponês, ajudará no esforço partidário de organizar a vanguarda no campo da independência de classe. A constante verificação da tática aplicada e o progresso da penetração da política do POR no seio do proletariado é fundamental. As questões práticas exigem da vanguarda sólida organização e desempenho na tarefa de propaganda e agitação.

A seção do POR da Bolívia insistiu na necessidade de se organizar no seio do proletariado, de maneira que o partido possa expressar com precisão a revolta instintiva e as necessidades dos explorados que potenciam a luta de classes contra a burguesia e seu Estado. Os avanços programáticos da seção brasileira prepararam a militância para cumprir essa tarefa histórica nas condições de crise e desintegração do capitalismo.

A seção argentina mostrou o acerto do POR em ter combatido a reação burguesa, colocando-se ao lado do PT e aliados contra a prisão de Lula. Continua vigente a bandeira de libertação do dirigente petista, sem se confundir com a linha legalista, institucional, pacifista e subordinada à ordem jurídica da democracia oligárquica desenvolvida pelo PT.

Outro aspecto discutido diz respeito à necessidade de precisar a virada que vem ocorrendo na situação mundial e que atinge a América Latina. Houve acordo sobre a tarefa de melhor aproveitar o acerto das teses e resoluções dos Congressos e Conferências do Comitê de Enlace. A luta contra a intervenção dos Estados Unidos na Venezuela e seu intento de provocar a guerra civil exige empenho do Comitê de Enlace em desenvolver o internacionalismo proletário. O programa da IV Internacional que se condensa na bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina deve ser impulsionado por todas as seções. Decidiu-se por uma declaração em defesa da nação oprimida, que foi lida e aprovada na Conferência Regional de São Paulo. Acordou-se em redigir duas resoluções referentes ao Brasil, ambas aprovadas na Conferência. Abaixo as publicamos.

essa instituída pelo golpe militar de 1964.

O objetivo central foi o de alijar o PT e impedir a qualquer custo que voltasse ao poder pela via das eleições. A prisão de Lula constituiu a garantia de que essa possibilidade ficasse afastada. Mesmo do cárcere, a influência de Lula fez com que o candidato Haddad chegasse ao segundo turno, estremecendo a candidatura fascizante de Bolsonaro. Todo aparato da burguesia, com destaque ao das igrejas evangélicas, se concentrou, finalmente, no objetivo de convencer os explorados a apoiar a candidatura da ultradireita.

A movimentação, que vai do golpe de Estado à prisão de Lula, esteve encabeçada pelo capital financeiro, pelos monopólios, pela agroindústria e pelos velhos latifúndios, sob a diretriz do imperialismo de promover a derrocada dos governos nacional-reformistas na América Latina. A prisão de Lula, sem resistência do PT, da CUT, do MST e aliados, selou a vitória da frente burguesa antidemocrática, que se armou desde a derrota da candidatura de Aécio Neves para Dilma Rousseff. Indicou, por outro lado, a subserviência do

nacional-reformismo à democracia oligárquica em decomposição.

O PT e Lula, em dúvida, se corromperam na política burguesa, trilhando um caminho sem volta. O seu apodrecimento, no entanto, não justifica o golpe de Estado e a prisão de Lula pelas frações burguesas dominantes e submetidas aos ditames do imperialismo. A reação conseguiu convencer uma importante parcela dos explorados de que a corrupção era a real causa da expulsão do PT do poder. Essa campanha fraudulenta, em grande medida, serviu para potencializar a ultradireita e, inclusive, para enfraquecer provisoriamente a direita tradicional.

Lula permanece preso, ainda, por força das pressões militares. As duas resoluções judiciais que levavam à sua soltura, emitidas por Rogério Fravreto, um juiz plantonista no 4º Tribunal de Porto Alegre (RS), e pelo ministro Marco Aurélio Mello (do STF), foram revogadas; a primeira sob chantagem direta do então comandante do Exército, general Villas-Bôas, e a segunda por uma resolução tomada a partir de uma reunião dos comandantes militares, comandadas pelo mesmo general, e obedecidas incontinenti pelo presidente do STF, Dias Toffoli.

A manutenção da prisão do ex-presidente é parte da política de Bolsonaro, que correu a entregar um dos ministérios importantes ao juiz Moro. Aumenta ainda mais a importância da luta democrática pela libertação de Lula. Agora, como um meio de

combate ao governo ditatorial. Os escândalos prematuros de corrupção, atingindo o filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, e Onyx Lorenzoni, uma das figuras de proa do bolsonarismo, já se encarregaram de mostrar que a moralidade pequeno-burguesa, religiosa, não passa de uma máscara ao gangsterismo. Em particular, a suspeita de que Flávio Bolsonaro está ligado às milícias é mais do que suficiente para que o ministro Moro interviesse com o mesmo ímpeto de suas ações contra o PT. Ao contrário, o governo vem agindo no sentido de diminuir a importância das revelações do Coaf e enterrá-las. Esse acontecimento reforça a denúncia de que o aparato judicial fez uma triagem quando se tratou do PT.

Os crimes políticos dos partidos da burguesia são tratados de acordo com os interesses de classe e das disputas no seio do poder do Estado. É fundamental expor aos olhos dos explorados as manobras do aparato burguês em torno à corrupção. A classe operária tem respostas próprias, portanto, também de classe. Começa por denunciar que nenhuma justiça e nenhum tribunal burguês irão, de fato, combater a corrupção e punir seus principais agentes. Conclui que somente um tribunal popular, criado pelas massas em luta e sob a direção da política revolucionária do proletariado, pode apurar e punir os crimes da burguesia. É sob essa linha que as Conferências Regionais do POR mantêm a bandeira de libertação imediata a Lula. E retoma a defesa do tribunal popular.

## **Pela independência nacional Abaixo o governo militarista e fascizante de Bolsonaro**

O golpe de Estado de 2016 e a constituição do governo da ultradireita de Bolsonaro foram engendrados pelas forças burguesas internas, porém sob a influência e pressão do imperialismo norte-americano. Está claríssimo o vínculo entre a derrubada do governo petista, a instituição da ditadura civil de Temer e a entrega do poder pela via eleitoral a uma tendência militarista e fascizante. O mesmo se verifica com a decomposição da democracia oligárquica, reconstituída depois de duas décadas de ditadura militar.

Há que evidenciar, porém, o lugar e o peso do imperialismo, em especial norte-americano. Não por acaso, as forças que promoveram e comandaram a candidatura de Bolsonaro declararam constituir um governo incondicionalmente alinhado ao governo de Trump. Há uma virada significativa na política de dependência do Brasil ao imperialismo. Abandona-se a diretriz de alinhar-se “pragmaticamente” a esta ou aquela fração da burguesia mundial. Bolsonaro, ao perfilar o Brasil por trás de Trump, segue a guerra comercial desencadeada pela potência hegemônica.

Sob a ofensiva norte-americana, desenvolvem-se as tendências bélicas. O confronto dos Estados Unidos com a China expõe a profundidade da crise mundial, que persiste há mais de uma década. Ou a burocracia do Partido Comunista Chinês abre caminho para a política de Trump, de forma a amenizar, ainda que provisoriamente, as tensões mundiais, ou se potencializará a possibilidade de uma conflagração. A burguesia européia se encontra em meio a esse choque, deve ceder às exigências dos Estados Unidos e se alinhar contra a China, promovendo inclusive os preparativos militares.

A mudança de estratégia mundial, com a substituição do “multilateralismo” pelo “unilateralismo”, ocorre após o fracasso das potências em resolver a superprodução, o agigantamento do parasitismo financeiro e a tendência de queda da taxa média de lucro dos monopólios. A destruição de importante parcela de forças produtivas por meio da recessão não foi suficiente para reiniciar um novo ciclo de crescimento mundial. É preciso que

a burguesia vá mais a fundo. Essa contradição estrutural obriga o imperialismo a recrudescer o saque dos países semicoloniais. Suas fronteiras devem se abrir, retirando todas as travas de proteção. As dívidas públicas são utilizadas como instrumentos para se arrancar mais concessão ao capital financeiro. O curso da política de Trump, portanto, é ditado por tais condições objetivas.

Não é de hoje que o Brasil vem sendo arrastado por essa corrente mundial que expressa a desintegração do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. O País tem pagado caro pela incapacidade da burguesia nacional de garantir a sua independência. Em especial, a classe operária, os camponeses e os demais explorados arcam com os desastres nacionais e internacionais do capitalismo. Agora, a situação se agrava com a nova ofensiva do imperialismo norte-americano.

O alinhamento com Trump tem um grande alcance na América Latina. O Brasil passou a servir de pivô para a unificação da burguesia no continente. A ofensiva para derrubar o governo da Venezuela é apenas um passo para perfilar a América Latina em torno à guerra comercial norte-americana e ao objetivo específico de barrar a penetração do capital chinês em suas fronteiras.

As nações oprimidas e, respectivamente, as massas exploradas, portanto, estão diante de uma virada de grande envergadura. Coloca-se em primeiro plano a luta anti-imperialista, como parte e expressão do programa da revolução proletária. A classe operária está diante da tarefa de defender a independência nacional. Tudo indica que esse combate começa por enfrentar o governo militarista, fascizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro.

A Conferência se coloca por uma campanha baseada no programa proletário de ruptura do país oprimido com o imperialismo opressor. Coloca-se por trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista. Coloca-se por uma plataforma de defesa das antigas conquistas da classe operária e da vida da maioria nacional oprimida. Coloca-se de derrubada revolucionária do governo ditatorial de Bolsonaro.

**Argentina:**

## Agravamento da crise política e econômica



A pergunta mais importante é: como é possível que Macri continue governando e ainda aspire a reeleição?

Por que não há uma reação popular proporcional aos ataques desferidos contra as condições de vida e trabalho das massas e à entrega do país ao imperialismo?

O ministro de economia, no seu discurso na Bolsa de Valores, alardeava que *“nunca se fez um ajuste dessa magnitude sem que o governo caísse .... o que se fez nestes três anos não foi feito nunca na história da Argentina”*.

Como afirmamos desde o início de seu governo, Macri é o representante direto do capital financeiro internacional, é a expressão civil da última ditadura cívico-militar. Sob seu governo, agudizaram-se as condições de entrega e subordinação do país ao imperialismo. Está processando um violento saque em favor dos setores mais concentrados e poderosos.

Em pouco mais de três anos, a inflação alcançou o nível mais alto em 27 anos, acumulando 158,44% no período, deteriorando enormemente o poder aquisitivo da maioria do povo; as tarifas de serviços foram dolarizadas; a energia foi ajustada em 3.624%, o gás de cozinha 2.401%, a água 1.025%, etc.; o peso se desvalorizou em 300%; a recessão da economia se aprofundou; a dívida externa cresceu, a tal ponto que os bancos internacionais deixaram de emprestar ao país, ficando praticamente na situação de inadimplência; expatriaram-se dezenas de bilhões de dólares – em 2018, foram 27 bilhões –; o déficit orçamentário é mais elevado que aquele deixado pelo kirchnerismo; etc. Situação que afeta terrivelmente a grande maioria do povo.

A situação de inadimplência levou o governo a pedir o auxílio do FMI, que concedeu rapidamente o empréstimo mais elevado de sua história, por recomendação direta dos Estados Unidos. Embora a política de Macri sempre tenha obedecido aos ditames do fundo, desde sua intervenção, tomou o controle direto da economia, impondo ajustes mais severos ainda, paralisando obras públicas, reduzindo salários e aposentadorias em termos reais, ajustando os orçamentos para que sobrem saldos para pagar a dívida externa. A taxa de juros, em pesos argentinos, supera os 60%, gerando um extraordinário negócio para o capital financeiro, mas afundando a produção e o consumo. O governo foi obrigado a re-

estabelecer impostos e retenções às exportações por ordem do FMI. A política que se aplica busca deliberadamente manter a economia em recessão.

A crise política obrigou o governo a se livrar de funcionários importantes

A crise econômica levou ao fechamento de 8.000 empresas. E as maiores empresas exigem do governo um plano econômico, perguntam quando se sairá da recessão, denunciam que suas empresas se desvalorizaram fortemente, e que crescem as falências, que é impossível trabalhar com taxas de juros tão elevadas. Os grandes vencedores dessa política são o capital financeiro, os latifundiários, os exportadores, as petroleiras e as empresas de serviços. A burguesia, prejudicada por essa política, não tem um plano alternativo.

“ *O governo foi obrigado a reestabelecer impostos e retenções às exportações por ordem do FMI. A política que se aplica busca deliberadamente manter a economia em recessão.* ”

À crise política se acrescenta a intervenção do judiciário, colonizado pelo imperialismo. Não apenas ataca os funcionários do kirchnerismo, acusados de corrupção, mas também implica as empresas mais importantes, especialmente da construção civil, empresas que cresceram à sombra do Estado, saqueando seus recursos (como todas as maiores). Esses poderosos empresários denunciados e imputados se queixam de que o governo não os protege. Essa perseguição vem do mais alto posto imperialista, que busca deslocar os empresários locais do grande negócio das obras públicas. Constitui um fator importante de crise nas relações interburguesas e revela que não há, não houve – nem poderá haver – uma justiça independente.

O governo pôde governar esses três anos de intensos ataques às massas, devido à cumplicidade dos governadores e parlamentares peronistas (inclusive alguns kirchneristas), e da burocracia sindical. Eles facilitaram as leis e, especialmente, a última do orçamento, ordenada pelo FMI.

Esse bloqueio impediu que as massas pudessem ir mais longe na sua resistência. As experiências dos mineiros de Rio Turbio, com seus quatro meses de resistência ativa, e os mais de 3.000 trabalhadores do estaleiro Rio Santiago, mostram como, quando a classe operária se coloca decidida a resistir, consegue o apoio de vastos setores do povo. Conseguiram deter os planos do governo. Impuseram-se greves gerais da CGT e das CTAs, de enorme

contundência, que levaram ao fracasso de todos os acordos do governo com a maioria da burocracia para impedi-lo. Inumeráveis lutas acontecem no país, em defesa dos postos de trabalho e do pagamento de salários. A luta pelos salários tem fortes protagonistas, como os azeiteiros e os bancários, que conquistaram um piso igual ao custo da cesta básica, e vários sindicatos, que mantiveram o poder aquisitivo do salário, conseguindo reajustes equivalentes à inflação. É necessário mencionar também as duas gigantescas mobilizações em rechaço ao FMI, com centenas de milhares, as mobilizações contra os tarifajos, e em defesa da universidade e, principalmente, as extraordinárias mobilizações das mulheres pelos seus direitos.

Essa fenomenal intervenção das massas, que superou os bloqueios dos partidos e burocracias, não encontrou sua expressão política, sua direção revolucionária, portanto, poderá ser desviada momentaneamente por trás do eleitoralismo, por detrás da polarização Macri – Anti-Macri. Um desvio que não deterá a intervenção das massas e, mais ainda, se explodir a crise antes das eleições. Explosão que se produzirá inevitavelmente, devido à situação extraordinariamente insuportável que se vive após as eleições, condicionando fortemente o novo governo.



*(...) é imprescindível a batalha pela unidade de todas as lutas, para generalizá-las, para selecionar uma nova direção. Romper com todas as divisões artificiais, mesquinhas, que dificultam a unidade para lutar, para enfrentar a burocracia, os patrões e o governo.*

Mas, também há que assinalar que, em importantes setores da classe operária, o temor às demissões e suspensões exerce uma pressão conservadora, que facilita o trabalho do governo e dos patrões para avançarem na flexibilização trabalhista, e reajustar os salários abaixo da inflação. A classe operária está enfraquecida, pela perda de dezenas de milhares de empregos e suspensões, a maior precarização trabalhista, e o retrocesso nas condições de vida. Também retrocedeu na recuperação de seus sindicatos e comissões internas.

Há que trabalhar repetindo, insistentemente, que toda essa política do grande capital, do imperialismo, é expressão de sua bancarrota, de sua crise, que não pode superar. Que somente a classe operária é portadora de uma resposta de conjunto à crise, para emancipar as forças produtivas, industrializar o país e começar a resolver todos os problemas desde a raiz.

As tendências autoritárias do governo, que tendem a transformá-lo numa ditadura civil, não podem materializar-se, devido à grande resposta das massas, que não se acovardaram diante das ameaças, prisões, perseguições policiais, assassinatos, criminalização dos protestos e repressão selvagem. O uso particular dos grandes meios de comunicação para apoiar o governo se acha neutralizado pela magnitude da crise.

Os politikeiros da burguesia já estão em campanha para as eleições presidenciais. Para o imperialismo e setores beneficiados por esta política, é fundamental que Macri e Cambiemos continuem no governo. Farão de tudo para consegui-lo. Macri é uma peça importante na intervenção política de Trump. A oposição burguesa ainda está desarmada eleitoralmente, porque uma boa parte dela foi fundamental para sustentar esse governo, e não tem diferenças essenciais com seu programa. Advertimos que, ainda que ganhe a oposição burguesa, esta não tem disposição para adotar medidas imprescindíveis para sair da crise: 1) desconhecer a dívida e os acordos com o FMI; 2) estatizar o capital financeiro e o comércio exterior; 3) estatizar toda a exploração do petróleo e serviços, anular as privatizações; 4) expropriação dos latifundiários; 5) trabalho para todos; salário e aposentado-

ria correspondente ao custo da cesta básica.

Nessa crise política, aparece como fundamental a debilidade da direção revolucionária, que expresse a amplitude e profundidade das lutas, que assinale conscientemente que a única alternativa para todos os oprimidos é se colocar por detrás da política da classe operária, dirigindo o conjunto, com sua própria estratégia política, indicando que não há saídas intermediárias, que o capitalismo não pode ser reformado. A questão de liquidar a subordinação ao imperialismo aparece como uma tarefa central, que nenhuma outra classe social pode liderar. Devemos propagandear permanentemente a necessidade de colocar em pé a Frente Única Anti-imperialista.

Para materializar esta orientação, é imprescindível a batalha pela unidade de todas as lutas, para generalizá-las, para selecionar uma nova direção. Romper com todas as divisões artificiais, mesquinhas, que dificultam a unidade para lutar, para enfrentar a burocracia, os patrões e o governo. Nesse quadro, a esquerda eleitoreira, que conta com valiosos lutadores, é um obstáculo para avançarmos na unidade. Esse momento, de grande intervenção das massas, que chocam com suas direções sindicais e políticas, é uma oportunidade para avançar decididamente na construção do Partido Revolucionário.

## Bolívia

## Particularidades da situação política

### Nem masistas nem mesistas. Viva a independência política dos explorados e oprimidos

Uma pesquisa realizada pela empresa CIES MORI para o jornal "EL DEBER" mostra "... que a população não acredita que a situação do país possa melhorar, caso Evo Morales continue no poder, mas também descarta a oposição porque não tem esperança nos seus líderes. A população perdeu a fé no Movimento Al Socialismo (MAS) e a esperança na oposição é mínima... 78% dos consultados acredita que o sistema democrático do país está debilitado...".

Os resultados dessa pesquisa refletem, acertadamente, o estado de ânimo da maioria dos explorados e oprimidos do país.

Acreditaram que a face morena do indígena do cocaleiro Evo Morales era garantia suficiente de um governo dos secularmente oprimidos pela classe dominante branca e seus políticos do colarinho branco. Ignoraram as advertências dos poristas, no sentido de que o governo, supostamente indígena, que começou jurando respeito aos direitos da grande propriedade burguesa e das transnacionais, e que por isso estava condenado a ficar de joelhos diante destas, consideradas como sócias benévolas do Estado, e acabar afundado na corrupção, como braço da burguesia nacional.

Hoje, quando a previsão trotskista se fez evidente, as massas exploradas e oprimidas se orientam à luta nas ruas por suas próprias reivindicações, à margem dos politiqueiros burgueses e pró-burgueses.

O repúdio ao masismo impostor não provoca ilusões na oposição da velha direita, como vêm ocorrendo no Brasil, Argentina e na própria Venezuela.

É a tradição de luta independente que o proletariado boliviano deixou na experiência de luta de massas que ainda emerge como instinto revolucionário, à margem da farsa democrática burguesa. Os explorados bolivianos têm outra maneira de lutar, é nas ruas, nas manifestações, que vão superando novamente as ilusões democráticas que Evo Morales conseguiu ressuscitar por um tempo.

Esse repúdio popular deverá se expressar como voto nulo nas próximas eleições de outubro

### O oficialismo saiu um pouco à frente nas primárias. Tampouco a velha direita canaliza o descontentamento contra o M.A.S.

Ficou claro para todos que Evo Morales e a sua camarilha inventaram as eleições primárias, gastando 27 milhões de bolivianos para legitimar uma candidatura fraudulenta, que se impõe, violentando todas as leis do Estado burguês, e para obrigar os opositores de direita a entrar na farsa eleitoral, obscurecendo a campanha pelo respeito ao referendo de 21F.

Nesse sentido, o governo boliviano que se auto-proclama como democrata e cumpridor das leis burguesas, demonstrou cinismo e desfaçatez para impor a sua vontade, apesar de tudo.

As primárias foram cuidadosamente preparadas para montar um grande circo: um milhão de militantes masistas esmagando nas urnas, sem piedade, uma famélica oposição de direita fragmentada em muitos pedaços, cada fração com caudilhos desprestigiados, e com um histórico seriamente comprometido com a entrega dos recursos naturais às transnacionais, seu servilismo ao imperialismo e à empresa privada nacional.

Evo Morales, muito encorajado, disse que, nessas primárias, seus

opponentes receberiam uma derrota sem precedentes, confirmando que não há outro candidato a não ser ele, capaz de reeditar suas vitórias eleitorais anteriores. O hipócrita García Linera prognosticou que votariam mais de 80% de masistas, confirmando que somente o MAS é o único partido de massas do país.

Rapidamente, o otimismo se transformou em decepção, ao terminar a jornada de domingo, de 27 de janeiro. 60% dos "militantes masistas" não foram votar; somente foram aqueles que não puderam burlar a pressão direta das autoridades, como os empregados públicos, o exército, os carabineros, os cocaleiros do Trópico cochabambino, os camponeses controlados pelos caciques locais, etc. Portanto, seria um erro considerar que, como disse García Linera, esses 40% que votaram são "militantes orgânicos". Não. Votaram contra a sua vontade, para não perder os empregos, suas plantações de coca, por medo ou para não perderem os benefícios que recebem do Estado.

O fato de que as pessoas já não se iludem com o MAS é um fenômeno político, reflete que amplas camadas da população estão se movendo para posições abertamente anti-oficialistas. Sem desdém pelo impostura, a ladroagem e a prepotência de um governo que abertamente aparece como agente da empresa privada e das transnacionais imperialistas. Se, no início, se apresentou como a encarnação dos pobres e oprimidos e a população aceitou a impostura, agora fez uma virada de 180 graus, chocando-se com todos os setores que se mobilizam para resolverem as suas necessidades imediatas e atacando com duros golpes os interesses da maioria a população.

A novidade na Bolívia é que as pessoas que se desencantam com o MAS não vão diretamente para a oposição de direita, encarnada nos partidos tradicionais e nos chamados "coletivos cidadãos", como ocorre em outros países da América Latina. Estes, por muitos esforços que façam para capitalizar o descontentamento popular contra o governo, não conseguem atrair ninguém. As massas passam diante deles sentindo o mesmo repúdio que sentem pelo oficialismo masista.

Como se pode explicar essa particularidade boliviana? Não há dúvida de que se trata da tradição política revolucionária do proletariado boliviano; ainda que os atuais jovens proletários não cheguem a emancipar-se completamente do governo, a sua ampla tradição, que teve momentos culminantes, como a aprovação das Teses de Pulacayo, a Tese Socialista do IV Congresso da COB, a Assembleia Popular, etc. ronda como um fantasma sobre outros setores sociais do país. Somente assim se pode explicar, por exemplo, que os setores radicalizados dos professores, que são um segmento da classe média, desenvolvam insistentemente a política revolucionária do proletariado, interpretem os seus problemas como setor e os da educação em geral no marco do programa proletário.

Estes fenômeno somente pode ocorrer se está presente no seio das massas o partido revolucionário, o POR, que é o depositário do programa e a tradição do proletariado revolucionário.

### Debate duro com os chamados "Coletivos Cidadãos" em torno dos objetivos da Coordenação Interinstitucional Departamental

Na reunião convocada para reorganizar a Coordenação Interinstitucional Departamental pela Defesa das Liberdades Democráticas, surgiram duas posições claramente diferenciadas. Uma, que pretende subordinar as organizações sindicais e sociais por trás das consignas de defesa da democracia, da Constituição Política do Estado

e do 21F, defendida fundamentalmente pelos chamados coletivos cidadãos e outros setores; e a tendência que defende a necessidade de organizar os setores em torno de uma plataforma ampla de reivindicações, que represente os interesses de todos com a finalidade de organizar grandes mobilizações para barrar a aplicação de uma política antipopular e antioperária do governo. Defendeu-se que a única maneira de impedir a política continuísta de Evo Morales, gastando irresponsavelmente os recursos do Estado, é com as multidões nas ruas; apontou-se que as massas já não acreditam na velha direita, encarnada nos partidos políticos tradicionais, que hoje voltam a se reagrupar, de olho nas próximas eleições gerais, nem a “defesa da democracia” burguesa entusiasma os explorados que, ao longo destes mais de 30 anos, compreenderam que a democracia tem um conteúdo de classe. É a democracia dos ricos contra os explorados.

Aos explorados e oprimidos nos interessa concretamente a defesa das liberdades democráticas, que são conquistas arrancadas com luta, e que os governos burgueses “democráticos” pisoteiam permanentemente.

## Chile

# NOSSA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ORGANIZATIVA DA CLASSE OPERÁRIA



A crise política, por que passa a vanguarda operária, permite à burguesia aumentar seu poder econômico erguido pela exploração cada vez mais brutal da classe proletária. Reforçando, assim, seus privilégios de classe e, em essência, parasitária, manejando todos os instrumentos da sociedade capitalista, sejam políticos, jurídicos e legislativos. Permite montar dispositivos para que nada obstaculize sua hipócrita “democracia burguesa”, mediante mentira, falsidades, montagens que lhe possibilitam encarcerar, inclusive assassinar, dissidentes sociais e políticos.

Os bens materiais do Chile são escassos. É um país de capitalismo atrasado, como é a grande maioria no mundo. Sofre a exploração e opressão dos poderosos países imperialistas, que jamais permitirão que os escravizados se libertem. O proletariado e os setores oprimidos da nação não sairão do atraso e miséria enquanto o poder continuar nas mãos da burguesia. Está claro que o parlamento burguês está impossibilitado de melhorar as condições de vida da maioria. É preciso considerar, além disso, a importância da traição estalinista, representada pelo Partido Comunista do Chile, que se faz presente no parlamento. Lembremos que os estalinistas se acomodaram à Constituição pinochetista, aprovando suas leis. Por fora, o PC (ap), apresentou candidaturas com o programa reformista do estalinismo ortodoxo antimarxista-leninista e contrarrevolucionário. Agregou o conglomerado pequeno-burguês da Frente Ampla, que reúne elementos dispersos às políticas frente populistas, que traíram o proletariado nacional e internacional e as nacionalidades oprimidas, servindo ao im-

No debate, se enfatizou que os coletivos e plataformas cidadãs estão fortemente penetrados por correntes direitistas recalcitrantes, que não vacilam em se identificarem com Bolsonaro, Macri e com a intervenção do imperialismo nos países sul-americanos. Na última reunião de Santa Cruz, com a participação dos comitês cívicos e dos partidos políticos com candidatos para as próximas eleições, sem papas nas línguas, decidiu-se pelo pedido de intervenção das organizações internacionais (OEA, ONU, FMI), que é o mesmo que pedir a intervenção do imperialismo norte-americano na Bolívia, sob pretexto de defesa da democracia. Foi apontado que, com essas correntes, sindicatos e organizações populares não podem marchar subordinadas aos seus limitadíssimos objetivos puramente eleitoreiros.

De toda forma, ficou aberta a possibilidade de continuar discutindo, tendo como eixo essa plataforma de reivindicações.

Em La Paz e Chuquisaca, já se consolidam amplas organizações populares com grandes possibilidades de articular mobilizações, que coloquem em xeque o governo duramente castigado pela frustrante experiência com as eleições primárias.

perialismo. Essa política tem como finalidade primordial ocupar um lugar privilegiado nas estruturas do apodrecido capitalismo. Sujeita-se, assim, a um poder superior irremovível, que nasce e se recria, em essência, da Constituição de 1980, elaborada junto a Jaime Guzmán Errázuriz, por elementos mais declarados da reação nacional, entre outros o ex-presidente conservador Jorge Alessandri Rodríguez. O assassinato de Guzmán pela FPMR não modificou em nada a obra anti-operária e nacional. A criação da FPMR é mais uma das traições do estalinismo às massas famintas e oprimidas, que começavam a se levantar contra a ditadura militar, desde março de 1982. Momento em que Pinochet começa a fraquejar, diante das tendências de luta dos explorados. O estalinismo, ao invés de colocar-se pela organização das massas, lança-se ao foquismo, fundando a FPMR, como uma fração ultraesquerdista, isolada das massas em luta. Nesse mesmo momento, grupos militares e paramilitares da ditadura agiam contra a vanguarda. De maneira que cada qual com propósitos diferentes atuavam contra a reorganização da classe operária, voltada a acabar com a ditadura pinochetista.

Essa etapa de esgotamento do regime de Pinochet, nos anos 1980, foi marcada pelo desvio ultraesquerdista do Partido Comunista. Fato esse, ao contrário, de ocultar sua política de colaboração de classes, nos anos 1970, quando participou no governo de frente popular, a evidenciou ainda mais. A burguesia aproveitou a situação de crise, apoiada pelo imperialismo, para promover a transição gradual da ditadura militar para a democracia parla-

mentar. Favoreceu-se a recomposição política burguesa de retorno às eleições. Impôs-se o candidato de um partido político desacreditado diante da classe operária e das massas oprimidas. Foi eleito Patricio Aylwin Azocar, da Democracia Cristã (DC), acostumado às negociações e conspirações com a direita, que derrubou Salvador Allende Gossens.

É necessário recorrer a esses fatos históricos, de um passado recente, porque a morte de Jaime Guzmán se discute hoje no parlamento, diante de reiterados pedidos ao governo francês de extradição, que se levam adiante pelos partidos conservadores e a ultradireita, que choram e glorificam Pinochet. A ofensiva se volta, principalmente, contra os deputados frenteamplistas e do PRO, devido a entrevistas com Palma Salamanca, executor do assassinato, a uma camiseta estampada de Guzmán com a cabeça perfurada por uma bala, e a uma festa do estalinismo, proclamando que o “cão estava bem morto”. Essa estupidez gera um caldo de cultura, que é utilizado pelo governo para acusar a esquerda “marxista” de assassinos, e que não respeitam a “democracia”. Toda essa parafernália serve de pano de fundo para ocultar as leis que foram assinadas no parlamento, favorecendo a burguesia, que continuamente financia as campanhas eleitorais, e recorrendo ao suborno para que deputados e senadores votem a seu favor. Apesar dos novos parlamentares, essa realidade não se pode mudar por decreto, o que ficou demonstrado nas últimas reformas da educação, imigração e pesca. As massas protestam nas ruas por sentirem suas aspirações e direitos atropelados. Os explorados nesta sociedade só têm deveres, impostos pela opressão de classe.

A crise estrutural capitalista se aprofunda, o que agrava as condições de vida dos operários e da pequena burguesia. Frequentemente, cortam-se recursos da saúde e educação. Destróem-se postos de trabalho. Cedem-se às pressões do empresariado, como no caso da isenção do imposto dos combustíveis às grandes frotas de caminhões. Enquanto que o gás liquefeito, usado na grande maioria dos lares chilenos, continuará pagando os pesados impostos. O mesmo se passa com o preço da passagem no transporte coletivo. Chega-se ao ponto de se utilizarem multas a quem urina nas ruas. A lei sobre os acompanhantes (mascotes) exige que todos esses devam estar inscritos, aqueles que não cumprirem serão sancionados com multas, de até cinco unidades tributárias, similares às multas que punem empresários que contaminam o meio ambiente.

Esses exemplos estão determinados pela falta de recursos materiais que tem o país, o que se agudiza pela baixa do preço do cobre, único bem material de que dispõem os governos, e a tributação que sofrem os chilenos pagando o IVA, contribuições pecuniárias e multas. À medida que se aprofunda a crise capitalista, aumentam as iniciativas para espoliar com mais brutalidade os explorados, nesta sociedade corrupta e decadente.

No âmbito trabalhista, os pescadores artesanais se manifestam frequentemente contra a lei de pesca Longueira, e sobre a exploração dos recursos marítimos, que chegam à extinção de mais de uma dezena de espécies, em trinta anos. O último recurso que resta a esse setor produtivo é a jibia, lula gigante que abundava nas costas do litoral chileno, até há algumas décadas, hoje em perigo de extinção pela pesca indiscriminada, e pela superexploração dos barcos, que se ocupam dos artifícios de arrasto de fundo e meia água. Como o assinala Claudio Cid, diretor regional de aduanas da região do Bio Bio, atribui-se valor agregado à jibia exportada a países europeus, enquanto que aqui no Chile fica mais cara – sabe-se o quanto é importante esse alimento por seu valor proteico. A conservação desse recurso é pescando-o à mão, para evitar seu desaparecimento, e que sirva de alimento

nos lares mais golpeados pela fome e má nutrição. Apesar de o parlamento ter aprovado a lei em favor dos pescadores artesanais, os partidos do governo solicitaram que a levasse ao Tribunal Constitucional. O cinismo governamental aplica o veto presidencial, para que os grandes barcos, que utilizam as quilométricas redes de cerco, possam pescar grandes volumes dessa pesca, que, indubitavelmente, provocará os mesmos efeitos do arrasto, que é a extinção do recurso. A Associação de Industriais Pesqueiros da região do Bio Bio financiou o traslado de mais mil e duzentos trabalhadores, contratando mais de uma vintena de ônibus, para apoiar a iniciativa do presidente Sebastián Piñera, o qual agradeceu essa iniciativa e lhe deu todo o resguardo policial.

A greve dos Trabalhadores Eventuais Portuários durou 35 dias, com violentos enfrentamentos às forças especiais de Carabineiros. Os portuários realizaram bloqueios de trânsito, barricadas de pneus incendiados; começaram o movimento de madrugada e ao término das jornadas de trabalho. Diante dos grandes congestionamentos de veículos, os carabineiros desfecharam uma indiscriminada ação repressiva, o que afetou o comércio e ambulantes. Apesar disso, as empresas concessionárias do terminal portuário continuaram funcionando com trabalhadores fura-greves e estudantes estagiários dos colégios portuários, sem se importar com os riscos a que a esses se expunham. As autoridades governamentais culpavam os marxistas pela violência, dizendo que se tratava da ação de alguns poucos, que apoiavam a paralisação dos terminais de San Vicente, San Antonio, no Norte Antofagasta, Iquique. Sindicatos, moradores da região de Valparaíso, Universidade de Playa Ancha e o prefeito Jorge Sharp chamaram os empresários e os trabalhadores a dialogarem, tendo o governo como mediador. A nefasta intervenção do prefeito Sharp reflete a política da Frente Ampla e do PCCH estalinista, que é a de conciliação de classes e submissão do trabalhador ao grande empresário. Como resultado do acordo, os setores de vanguarda foram punidos com demissões e desvinculados dos benefícios pactuados. Além disso, a prefeitura ocupou esses trabalhadores, junto aos municipais, na limpeza dos espaços e ruas em que se deram as manifestações. Para concluir o conflito, apresentou-se na sede do Sindicato de Estivadores o presidente do Partido Comunista do Chile, o estalinista Guillermo Teillier, para felicitá-los pelo acordo firmado.

Os trabalhadores fazem greve para impor ao patronato suas reivindicações e, especialmente, para tirar conclusões que potencializem o movimento. Não há lugar para desmoralização e perda de confiança no sindicato. A política de conciliação de classes, ao contrário, leva à derrota e a apresenta como vitória. A perda de confiança no sindicato, quando intervém a pequena burguesia e seus partidos reformistas, reflete o atraso cultural e política da classe operária, devido à ausência da direção revolucionária, portanto, do partido operário revolucionário, que encarna a política de classe do proletariado e a levanta como princípio fundamental da luta entre a classe do explorador e do explorado, em completa oposição à conciliação e à submissão.

*Chamamos a contribuir para a construção do Partido Operário Revolucionário*

*Em defesa da independência política e organizativa da classe operária, orientada para sua finalidade estratégica, a tomada do poder*

*Pela ditadura e revolução proletárias*

*Viva o internacionalismo proletário, que sepultará o imperialismo*

## México

# López Obrador se chocará com as poderosas ilusões nele depositadas

## As eleições do mês de julho tiveram um resultado contundente: o novo governo conseguiu maioria no Congresso.

A participação nas eleições atingiu um nível histórico, duplicou o número de votantes em comparação a 2012. O governismo venceu em 31 dos 32 Estados. Obteve 30.113.000 votos, que corresponde a 53.19%.

As eleições, no México, mostraram um importante crescimento das ilusões democráticas das massas (ilusão de que, por meios parlamentares, constitucionais e eleições burguesas, se possam realizar transformações progressistas para as massas).

AMLO (Andrés Manuel López Obrador) ganhou as eleições em uma aliança entre o *Movimiento Regeneración Nacional* (Morena), o *Partido del Trabajo* (PT) e o direitista *Partido Encuentro Social* (PES), com o apoio da maioria das correntes de esquerda. Assumiu a presidência em dezembro passado.



“ (...) é necessário impulsionar a mobilização popular, sem nenhuma confiança no novo governo. As mobilizações de Ayotzinapa e pelos milhares de desaparecidos, contra o aumento da gasolina, pelo aumento salarial e as lutas dos professores, as resistências comunitárias aos megaprojetos e de outros setores devem abrir o caminho das lutas.

Nessas eleições, não houve a fraude eleitoral escancarada, em muitos lugares houve mobilizações massivas de setores da população para supervisionar as eleições, e estiveram alertas contra possíveis fraudes.

A maioria votou no AMLO, esperando que resolva os graves problemas econômicos e políticos, como o desemprego, a carestia, a violência do narcotráfico, a pobreza extrema em grandes províncias do país, a falta de moradia, entre outros.

A vitória de AMLO é uma expressão da crise dos partidos burgueses tradicionais, como o *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) e o *Partido de Acción Democrática* (PAN), que foram os grandes derrotados nas eleições. O PRI governou por 70 anos de maneira ininterrupta, até o ano 2000 (quando perdeu as eleições para o PAN, que governou até 2012), foi o grande derrotado nas

eleições. Esse partido ficou despedaçado, e com uma quantidade minoritária de deputados e senadores.

AMLO trabalhará para recuperar a confiança nas instituições burguesas corroídas pela submissão total ao imperialismo e pela corrupção generalizada. Podemos dizer que não haverá nenhuma mudança de regime, nem mudança radical, nem profunda.

## O seu anterior discurso anti-imperialista mudou para anti-neoliberal, mas é somente discurso. As bases neoliberais não se modificaram.

O programa de López Obrador não passa de um tímido programa nacionalista de conteúdo burguês. Sua principal propaganda foi “contra a corrupção” dos politiquês burgueses tradicionais, cuja solução permitiria “aumentar as pensões dos idosos, as bolsas estudantis para os jovens e apoio incondicional aos camponeses”. Muito distante do nacionalismo mexicano de Lázaro Cárdenas.

É importante caracterizar corretamente o governo. A definição de “esquerdista”, “progressista” ou simplesmente de “nacionalista” esconde o caráter de classe burguês de seu governo.

Depois dos tempos obscuros dos últimos governos, pode parecer que se “recuperou a democracia”, mas é necessário advertir que isso é uma ficção, na medida em que não enfrentará pela raiz as causas de todos os problemas e tragédias. Essa democracia é burguesa (esconde a ditadura do capital), e isso marca as suas limitações e sua impotência. Setores poderosos, vinculados aos governos anteriores, o apóiam, já que o seu poder não será afetado. Como se comprovará, a sua política será pró-imperialista.

Não haverá “anti-neoliberalismo”, se não se reverterem as chamadas “reformas estruturais”. Não se trata de discurso, nem de administração austera das verbas públicas, se trata de recuperar todos os recursos para o México, começando pela ruptura com a submissão aos Estados Unidos. O governo tampouco aumentará os impostos dos mais ricos, mas buscará obter maiores recursos, “fazendo economias e combatendo a corrupção”.

Para que não haja dúvidas, AMLO nomeou para a Secretaria de Habitação um neoliberal, Urzúa. Na apresentação do orçamento, ficou clara a sua política de “disciplina fiscal e financeira”, assinando enfaticamente que “no custo financeiro não se pode mexer”, reconhecendo o forte crescimento da dívida desde 2012, de US\$ 500 bilhões, e o pagamento de juros, este ano de mais de US\$ 27 bilhões (543 bilhões de pesos). Isto sem incluir a dívida de empresas do Estado e outros rubros, que podem representar até um adicional de 40%. A dívida pública é um dos piores fardos da economia.

AMLO nomeou Víctor Manuel Villalobos como titular da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Pesca (Sagarpa). Foi questionado por organizações indígenas e camponesas, que reivindicam a sua destituição, porque é um “defensor do modelo neoliberal agroindustrial”, que tem degradado o meio ambiente. É acusado de promover a “Lei Monsanto”.

Um aspecto importante é a questão petrolífera. Embora se afirme que fracassou a política do governo anterior de “licitações petrolíferas”, que abriu à iniciativa privada a possibilidade de perfurar as reservas no México, o governo anunciou que vai respeitar os contratos firmados com as empresas estrangeiras e nacionais, ao invés de rever as medidas. Há denúncia de que foram entregues extensões de 250 quilômetros quadrados, quando nos EUA se outorgam 25 e, se não forem exploradas, a outorga é revogada.

De acordo com as licitações petrolíferas, que habilitaram a reforma energética, foram assinados 107 contratos com 74 empresas de 26 países. Do total de recursos prospectivos de hidrocarbonetos, foi entregue uma sexta parte do território, que equivale a 19% ou 20% do total de hidrocarbonetos da reserva. O problema é que o México, tendo importantes reservas de petróleo, importa 70% do combustível que consome e a produção continua caindo (a sua contribuição ao orçamento caiu pela metade em cinco anos). A questão da estatização completa da exploração petrolífera é vital. AMLO rechaça essa bandeira histórica.

## Um dos principais problemas: a submissão ao imperialismo

O atraso do México está diretamente relacionado com a sua submissão ao imperialismo e com a elevada concentração dos meios de produção nas mãos de um punhado de grandes capitalistas. A inversão das multinacionais não contribui para o desenvolvimento industrial do México, e para retirar o país do seu atraso, porque está projetado para multiplicar os lucros das empresas sobre a base de uma maior exploração do trabalho assalariado.

A pressão insuportável dos EUA em todos os terrenos é um fator de crise permanente, por mais amistoso que o governo queira ser. Não poderá existir “uma melhor relação” com os EUA no marco do agravamento da guerra comercial entre as principais potências, com um Trump protecionista ao extremo.

Neste ano, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) completa 25 anos. O NAFTA submeteu mais ainda a economia mexicana aos interesses das multinacionais, que operam nos EUA. Trump questionou esse acordo e fez pressão por um mais benéfico, que facilite a exportação de mais produtos ao México, para “equilibrar” as contas, culpando o NAFTA pelo déficit comercial com o México, de US\$ 60 bilhões (quer baixar para US\$ 11 bilhões) e o fechamento de 700.000 postos de trabalho. Aplicando, por exemplo, um novo critério sobre “as regras de origem, particularmente de automóveis e peças de reposição, que terão de exigir um conteúdo maior de produção e manufatura norte-americana e um conteúdo substancial dos EUA”. Esse novo acordo, conhecido como T-MEC, ainda tem de ser aprovado pelos Congressos dos dois países. Trump pressiona o Congresso dos EUA, dizendo que é tão benéfico que o muro se pagará a si próprio e o pagará muitas vezes mais do que custará.

Há 6 anos, os principais partidos da burguesia firmaram o Pacto pelo México, que blindou as “reformas estruturais”, impostas pelo governo do PRI. Avançaram rapidamente as reformas neoliberais e o saque dos recursos, para benefício dos EUA. AMLO somente revisará se houve fatos ilegais, fraudes e subornos, não anulará as “reformas”.

Essa é a base material da corrupção que infecta todos os níveis do Estado e da política.

## Crescente pobreza e precarização trabalhista

Urzúa reconheceu a enorme camada da população que está na pobreza, admitindo que 60% dos idosos reuniam as condições para receber a pensão, que foi elevada para \$1.160 (US\$ 58) e que alcança 8 milhões e meio de pessoas. Seguindo a recomendação do FMI, elevou-se de 65 para 68 anos a idade para definição de idoso (a expectativa de vida para o homem é de 72 anos, e, para a mulher, de 77 anos).

Ainda que a estatística mostre uma redução da taxa de desemprego, a taxa de informalidade, que soma aqueles mexicanos cujo vínculo trabalhista não é reconhecido pelo empregador ou são autônomos, atinge 56,6%, representando 30,5 milhões de trabalhadores.

O salário mínimo vem sendo reajustado, mas está muito distante do salário mínimo para manter uma família. A maioria das famílias não consegue cobrir os seus gastos.

Os anúncios de AMLO não vão além de crédito a taxa zero para os pequenos produtores camponeses, abono para os funcionários estatais, aumento do salário mínimo e das pensões e bolsas para os estudantes. Isso combinado com a luta contra a *huachicol* (roubo em grande escala de combustíveis, de dutos e caminhões).

AMLO prometeu um plano de austeridade, reduzindo os elevados salários dos Ministros, Juizes e funcionários das empresas estatais, etc., colocando como teto o salário do presidente. Uma medida demagógica que gera simpatia, mas que ele tem consciência de que não será aplicada. Mais de 17.000 funcionários impetraram uma liminar para cancelar a redução e a Suprema Corte suspendeu a sua aplicação.

A pobreza, que chega a níveis extremos em algumas regiões, a precarização do trabalho, que afeta a classe operária, a crescente criminalidade, a corrupção, somente podem ser derrotados se se ataca a raiz dos problemas. Comprova-se, dramaticamente, que a maior entrega da economia, a maior submissão ao imperialismo, agravam as condições de vida da grande maioria. A única transformação possível é acabar com esse estado de coisas, iniciando então assim uma nova etapa histórica.

Para garantir as reivindicações, é necessário impulsionar a mobilização popular, sem nenhuma confiança no novo governo. As mobilizações de Ayotzinapa e pelos milhares de desaparecidos, contra o aumento da gasolina, pelo aumento salarial e as lutas dos professores, as resistências comunitárias aos megaprojetos e de outros setores devem abrir o caminho das lutas.

## Guarda Nacional: crescente militarização

AMLO apresentou um projeto de criar uma Guarda Nacional. Prevê recrutar 50.000 jovens. Convoca o Exército para garantir a segurança. Ele acrescenta a promessa de que “jamais ordenará que se reprima o povo”.

A inclusão das Forças Armadas em questões de segurança interna é uma política internacional dos EUA para todos os nossos países, forçando a realizar mudanças na legislação para que essa prática seja permitida. Não é uma iniciativa do atual Presidente, ou dos anteriores.

Essa decisão reabriu o debate no México sobre a pertinência de que o Exército e a Marinha participem das tarefas de segurança pública.

Essa iniciativa encontra resistência nas próprias fileiras do Morena. A deputada Tatiana Clouthier, que dirigiu a campanha



**“ A militarização da sociedade é a política do imperialismo em nossos países, que se oculta com o suposto combate ao narcotráfico, para intervir sobre os movimentos sociais, para reprimir, controlar e discipliná-los.**

presidencial de López Obrador, “questionou que a proposta torne permanente o papel do Exército nas ruas e que concentre o poder de decisão sobre suas ações no Exército...”

A deputada Tagle afirmou: “Em nenhuma parte do que foi apresentado no projeto da Guarda Nacional, há um plano para a retirada gradual das Forças Armadas das tarefas que não lhes correspondem...”

Os presidentes anteriores foram duramente criticados por fortalecerem o papel das Forças Armadas para combater a violência no México. Passaram-se mais de uma década com o Exército fora dos quartéis, para a “luta contra o crime organizado”, que deixou mais de 200.000 mortos e milhares de desaparecidos. López Obrador criticou expressamente essa política no passado e, na campanha, prometeu que os militares regressariam a seus quartéis.

Pelo contrário, as Forças Armadas já instalaram 12 centros de recrutamento, principalmente no centro e sul do país, onde esperam receber jovens entre 18 e 30 anos. O secretário de Defesa, Luís Sandoval, detalhou que alguns membros do Exército e da Marinha já foram convidados a integrar-se à Guarda Nacional.

As Forças Armadas são fortemente questionadas quanto ao respeito aos direitos humanos.

AMLO disse que quer a Guarda Nacional para suplantar a Polícia Federal e as polícias locais, altamente corrompidas pelos grupos criminosos.

Não é a resposta à “narcoguerra”, à crescente criminalidade, que chega a 80 assassinatos por dia, e às liberdades mais elementares. As Forças Armadas são parte do problema. É um engano dizer que serão diferentes porque aos ingressantes serão dados cursos sobre direitos humanos.

AMLO se comprometeu publicamente em “saber a verdade” sobre os jovens desaparecidos em Ayotzinapa, mas há milhares de desaparecidos no país cuja situação deve ser esclarecida com urgência. Deve-se identificar a totalidade dos corpos que foram encontrados em fossas coletivas, todos os corpos que encontram nos necrotérios de todo o país.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) afirmou que não permitirá que “passe o projeto de morte” do presidente Andrés Manuel López Obrador, por isso defenderá o que tem construído nos últimos 25 anos. No ano de aniversário de 25 anos do levante Zapatista, o EZLN declarou: “não vamos permitir que venham

nos destruir”, advertindo que “não temos medo da Guarda Nacional, que mudou de nome para não dizer Exército, mas é o mesmo”.

O narcotráfico é uma chaga do capitalismo em decomposição e o combate efetivo deve centrar no enfrentamento ao imperialismo, às suas bases materiais. Sendo um dos maiores negócios do mundo, devemos atacar o centro financeiro, nacionalizando-o sob o controle dos trabalhadores. Pelas vias do capital financeiro circulam centenas de bilhões do narcotráfico. Já se provou no passado como bancos internacionais de renome estão envolvidos na lavagem de dinheiro proveniente dessa atividade. Não há atividade de semelhante magnitude sem a colaboração de setores da Justiça, do governo, das Forças Armadas, da burocracia sindical, dos grandes empresários. É aí que se deve combater o narcotráfico. Por outro lado, é assegurando trabalho a todos, com salários que possibilitem viver com dignidade, que se acabará com as condições de marginalidade que facilitam a extensão da criminalidade.

A militarização da sociedade é a política do imperialismo em nossos países, que se oculta com o suposto combate ao narcotráfico, para intervir sobre os movimentos sociais, para reprimir, controlar e discipliná-los.

## A crise com os imigrantes

A política anti-imigrante de Trump segue sendo um dos seus eixos de intervenção. Sua atitude racista, discriminatória, levanta termos humilhantes e ofensivos para os trabalhadores que chegam aos EUA para fugir do desemprego e da miséria. Torna-os responsáveis pela perda dos postos de trabalhos e também de toda forma de delitos. Procura justificar as atrocidades policiais contra os latino-americanos que tentam entrar no território estadunidense e as deportações crescentes. Assim procurou ganhar o apoio de todo um setor do eleitorado com estas propostas reacionárias.

A insistência em construir um muro na fronteira com o México, que é o seu sócio na NAFTA, aponta nesse sentido, é uma bandeira que sintetiza todas as políticas de combate aos imigrantes que estão sendo realizadas. E também é um negócio.

Por um lado, a construção em si do muro de 3.000 km, que poderia custar entre US\$ 15 e 25 bilhões, é de interesse do complexo industrial militar, uma das principais bases da economia dos EUA, com sua tecnologia implantada nas trilhas do deserto. A militarização da fronteira implica uma crescente implementação de efetivos de vigilância, inclui uma trama tecnológica que se estende por pontos estratégicos, garantindo um enorme lucro para os fabricantes de armas e sofisticados instrumentos para o controle das fronteiras. A influência política desses consórcios sobre o governo dos EUA é determinante.

## Lutar pela independência política da classe operária, construindo seu programa, seu partido revolucionário

Trata-se, hoje, de lutar na contracorrente, alertando sobre as ilusões no AMLO, sobre sua incapacidade para resolver os problemas mais importantes. Dizendo que está condenado a reproduzir o ciclo de todos os partidos e movimentos nacional-reformistas da América Latina, que acabam de joelhos diante do imperialismo. É necessário combater politicamente todas as correntes de esquerda que ocultam as consequências dessa política, que desarmam a vanguarda, embelezando o governo.

Trata-se de dobrar a organização e mobilização, combinan-

do a luta pelas reivindicações mais elementares das massas, bem como a luta democrática, com a luta anti-imperialista e com a estratégia comunista da classe operária.

As iniciativas que o governo possa adotar sobre a descriminalização do aborto, sobre os direitos LGBT, matrimônio igualitário a nível nacional, recuar com a questionada reforma educacional ou o rechaço a somar-se aos ataques contra a Venezuela, não devem obscurecer e confundir a natureza do governo burguês, incapaz de enfrentar o imperialismo. Evidentemente, porque essas iniciativas gerarão uma controvérsia com os setores mais reacionários e conservadores.

A perspectiva do México está vinculada a pôr de pé os Estados Unidos Socialistas da América Latina, rompendo todas as amar-

ras com o amo do Norte, rompendo com todos os acordos que o submetem. É fundamental desenvolver a bandeira de independência nacional do México.

Não há nenhuma outra via para sair do atraso e da submissão ao imperialismo do que o da revolução social dirigida pela classe operária.

É necessário construir o programa proletário que ajude a estruturar politicamente a classe operária, que é a única que pode dar uma resposta a todas as classes oprimidas: o campesinato, os povos originários, a pequena-burguesia urbana. O gigante proletariado do México deve erguer-se com seus próprios pés, rompendo com todas as políticas que o subordina à burguesia.

## Histórica Greve de 45 mil operários no norte do México

Estourou em Matamoros, Tamaulipas, cidade fronteiriça com os Estados Unidos, que abriga cerca 110 empresas maquiadoras, que empregam 70 mil trabalhadores (indústria de montagem e produção, que fabricam para os Estados Unidos, Canadá e Ásia).

Há muito tempo, no México, essa é a luta operária mais importante. Envolveu mais de 50 mil trabalhadores – em sua maioria, do setor eletrônico e autopeças.

No dia 12 de janeiro, trabalhadores de nove maquiadoras decidiram paralisar. Em poucos dias, já eram 45 e, na segunda semana de greve, saltaram para 55 fábricas. Os trabalhadores exigiam um aumento salarial de 20% e o pagamento do abono anual, que se elevou depois do decreto expedido por Lopez Obrador, para aumentar o salário mínimo em todo o país, mas com maior percentual na fronteira norte. Um abono que, com a lei, alcançou 32 mil pesos (1.680 dólares a cada trabalhador).

As empresas procuraram não pagar o abono, que os trabalhadores têm direito há mais de 15 anos, por meio de uma manobra contratual com os burocratas sindicais. Os trabalhadores exigiam que se mantivessem os abonos adicionais, que os patrões se negavam a pagar. Que se reconhecesse a paralisação como legítima, que se pagassem os dias parados, que não houvesse represália aos grevistas. Com a nova política salarial, os empresários aumentaram os salários, mas eliminaram ou reduziram os abonos. O descontentamento dos trabalhadores se manifestou ao longo da fronteira, mas foi em Matamoros onde atingiu sua máxima expressão.

O aumento diferenciado na faixa fronteiriça é parte das negociações do tratado T-MEC (entre Estados Unidos e México). O novo acordo exige que 40% do valor criado na indústria automotiva provenha de trabalhadores que recebam pelo menos 16 dólares por hora. Mas o aumento não alcança sequer essa cifra em dois dias de trabalho.

Os trabalhadores passaram por cima de seus líderes sindicais, desmoralizados por corrupção. O secretário geral do Sindicato dos Operários Industriais de Jornaleiros e o líder do partido governista no Senado quiseram arrebentar a greve para favorecer as empresas. Diante da negativa de mobilizar, os trabalhadores desconhecaram os dirigentes, e decidiram iniciar a paralisação. Elegeram seus pró-



prios representantes nas fábricas para participarem da mesa de negociação. Os empresários e o governo temem que a rebelião possa se estender a outras regiões do país. As dimensões da greve representam um acontecimento histórico. Incentivou outros coletivos de trabalhadores a exigirem melhores condições de trabalho em suas empresas. É o que se passou com os trabalhadores da Coca-Cola (Arca Continental), e operários de outros centros industriais,

como Água Prieta, Mexicali e Ciudad Juárez, e poderá estender-se a outras regiões do México. A maioria das empresas aceitou pagar um aumento de 20%, e um abono único.

Os trabalhadores estão aprendendo que sua força de trabalho é o motor que move toda a indústria multimilionária.

Empresários, governo e burocracia sindical se uniram contra a greve. Nos meios de comunicação, os empresários e os políticos serviais diziam que a greve punha em risco dezenas de empresas e milhares de empregos, bem como a reputação do país diante dos investidores estrangeiros.

O setor empresarial, por meio de seus organismos, fizeram um chamado ao governo de López Obrador e ao governo de Tamaulipas, para intervir e solucionar a crise. Argumentaram que a greve era ilegal. Fizeram referência à inexistência da greve em 16 empresas, o que implicava reiniciar as atividades. Os trabalhadores se mantiveram firmes, confirmando que sua luta, não só existia, como se ampliava.

A resposta do governo foi clara. Alfredo Domínguez, subsecretário do Trabalho do Governo Federal disse: “*consideramos que a eclosão da greve não beneficia nenhuma das partes*”. Portanto, a greve devia acabar”.

Desenvolveu-se uma campanha de desinformação e repressão aos trabalhadores. Diante da tentativa de intimidação da parte dos patrões e, inclusive, das Forças Armadas, os trabalhadores continuaram firmes em suas posições até que se cumprissem suas reivindicações.

Essa greve pode indicar o início de uma nova etapa para a classe operária mexicana. É uma importante referência para toda a classe operária em luta pelos salários, que lhes permitam viver como pessoas.

Declaração do Partido Operário Revolucionário | 15 de janeiro de 2019

## Temer, Bolsonaro e Evo Morales entregam Battisti a Mattarella, Conte e Salvini.

### Realiza-se a vingança da burguesia italiana.

## Por uma campanha internacional pela libertação de Battisti

A ditadura civil de Temer, apoiada no Supremo Tribunal Federal, revogou o direito ao asilo de Battisti, concedido no governo Lula. Bolsonaro e sua cúpula militar estavam prontos para atender ao pedido do governo italiano. Temer tirou de Bolsonaro o gostinho da vingança contra o ex-esquerdista. O que se passou nos anos de 1970, na Itália, não tem nada a ver com o Brasil atual, nem mesmo com a própria Itália. Nesses anos distantes, a ditadura militar brasileira também enfrentou uma resistência armada de esquerda – diga-se de passagem, frágil e incapaz de fazer frente às Forças Armadas. A vanguarda combatente pagou caro pela ousadia de pegar em armas contra o regime. Até hoje, nenhum torturador, assassino e ocultador de cadáveres sofreu qualquer inconveniência. A proteção do Estado ao coronel Ustra constituiu a absolvição geral dos métodos policiais e terroristas praticados pelo regime militar. Não por acaso, os trabalhos da Comissão Verdade ficaram submetidos aos limites ditados pela vergonhosa lei da anistia, promulgada pelos próprios generais.

“ *O pronunciamento de Bolsonaro, de que com a extradição de Battisti se estaria fazendo justiça às vítimas do perigoso terrorista, procura esconder dos brasileiros o culto da vingança burguesa (...)* ”

Sobre a base desses fatos que se passaram no Brasil, é necessário estabelecer um paralelo histórico com a entrega de Battisti ao governo italiano, para cumprir uma pena de prisão perpétua, em razão de assassinatos que sequer foram comprovados, em um julgamento à revelia, pela justiça desse país. Temer contou com a anuência de partidos, principalmente do PSDB, que se vangloria de ter sido oposição aos governos militares. Velhos democratas, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, etc., não se dignaram a condenar a decisão do presidente Temer e do ministro do Supremo, Luiz Fux. Jair Bolsonaro e os generais abrigados em seu governo não fizeram senão instilar seu ódio de ditadores, e se jubilarem por reaver os valores da ditadura militar.

Derrubado o governo do PT, era previsível que Temer iria anular o asilo político a Battisti, decisão tomada por Lula contra a vontade do STF. Tudo indica que nem mesmo Battisti imaginou que tal concessão presidencial, assumida de acordo com as normas internacionais e as leis constitucionais do Brasil, poderia ser rasgada por Temer. É bem provável que a maior surpresa de Battisti foi com a negação do governo de Evo Morales em conceder-lhe o asilo. Lembremos que, até há pouco tempo, o presidente indígena boliviano era cultuado pelos reformistas, incluindo o PT. O ato imediato de entregar Battisti ao governo italiano mostra que Evo Morales não faz outra coisa senão procurar manter-se no poder a qualquer custo. Para isso, tem de estar bem cotado pelo imperialismo e, agora, pelo governo fascizante de Bolsonaro. A sua presença na posse do ultradireitista diz muito

mais do que a formalidade da boa vizinhança. É o que acaba de fazer, prestando um favor ao governo do Brasil e da Itália.

Bolsonaro teria imenso prazer em ele próprio colocar Battisti algemado no avião com destino à Itália. O governo italiano, porém, achou melhor que Evo cumprisse essa missão, uma vez que, sendo entregue pelo Brasil, a justiça italiana teria de responder a determinadas condições de extradição segundo as leis brasileiras, que não prevêem a prisão perpétua. Os bolsonaristas tiveram de comemorar sem que colocassem suas mãos no troféu.

Battisti se tornou uma figura notória, não por ter trilhado um caminho revolucionário, nem por ser um vigoroso escritor, mas por ser um perseguido político, cujas peripécias podem servir de motivos para romances. Ele próprio escreveu uma autobiografia “*Minha Fuga Sem Fim*”. Em meados de 1970, integrou-se a um dos grupos do “*Proletários Armados para o Comunismo*”, derivado das “*Brigadas Vermelhas*”. Essa década ainda ecoava o despedaçamento da Itália na 2ª Guerra Mundial. Uma Itália que deu origem ao fascismo e que dele se nutriu por duas décadas.

O pronunciamento de Bolsonaro, de que com a extradição de Battisti se estaria fazendo justiça às vítimas do perigoso terrorista, procura esconder dos brasileiros o culto da vingança burguesa, desvinculando o ex-esquerdista dos acontecimentos dos anos 1970-80 que abalaram a Itália.

A queda da monarquia e a criação da República em 1946 serviram para reestruturar o poder da burguesia nas condições de reconstrução da Europa, sob o Plano Marshall. A Constituinte que amparou a República indicou as enormes dificuldades de estabilização política, embora a economia italiana voltasse a crescer. A Democracia Cristã se ergueu como principal força da política burguesa, ao lado do Partido Socialista e do Partido Comunista. Apoiou-se nos Estados Unidos, que saíram da segunda guerra definitivamente como potência hegemônica. Para governar, a Democracia Cristã (DC) foi obrigada a constituir alianças com o Partido Socialista Italiano (PSI), e com outras forças partidárias que se formaram em seguida à Constituinte. O Partido Comunista Italiano (PCI) se comportou como oposição adaptada ao parlamento, portanto, ao poder erigido após a derrocada do fascismo. A burguesia italiana se mostrou frágil diante de uma classe operária combativa, que somente não se lançou à revolução social devido à política de conciliação de classes do PCI estalinizado. As massas foram arrastadas pelas ilusões democráticas, após a trágica experiência do regime de Mussolini, como base de apoio da aliança informal entre a DC e o PSI, escorada na política colaboracionista do PCI. A crise política de 1963 formalizou a aliança da DC com o PSI. Em meados de 1970, por sua vez, estabeleceu-se o “*Compromisso Histórico*” do PCI com a DC, cuja duração se encerrou prematuramente, com o assassinato de Aldo Moro, em 1978, pelas Brigadas Vermelhas.

A década de 1970 é marcada pelo esgotamento do processo de reconstrução das forças produtivas na Europa. A Itália é precipitada por uma grave crise financeira, impulsionada pela recessão. A classe operária e camadas dos demais explorados se deslocaram eleitoralmente para o PCI, enfraquecendo a DC. Fenômeno que só fez agravar a crise política, uma vez que não havia como resolver as profundas contradições da economia, a não ser derubando a burguesia do poder pela revolução social. Os impasses da aliança informal ou formal entre a DC, PSI e PCI, que se desenvolveram desde a derrocada do fascismo e criação da República, se potenciaram entre as décadas de 1970 a 1990. O País, no início de 1977, chegava ao auge da crise econômica e política. As massas estudantis se lançaram contra a reforma universitária do governo, confrontando-se com a brutal repressão. Nessas condições, as Brigadas Vermelhas recrudesce os atentados. Os brigadistas se gestaram no seio da pequena burguesia exasperada com o fracasso da tríade governamental – PDC, PSI, PCI – em destravar as forças produtivas e solucionar a quebra financeira do Estado.

Nota-se que as Brigadas Vermelhas, cujo método de luta armada era oposto ao do proletariado, expressavam a desorientação de camadas da pequena burguesia, principalmente universitária, nas condições de decomposição da burguesia e de seu poder político. A DC e o PS haviam mergulhado em uma profunda corrupção. Em abril de 1976, o parlamento foi dissolvido e eleições convocadas, devido ao estreme-

cimento provocado pelos subornos da Lockheed norte-americana a autoridades. O novo governo de Andreotti somente sobreviveu graças à colaboração do PCI.

É preciso ter claro ainda que a extrema direita também se lançou aos atentados. Oitenta pessoas foram assassinadas na explosão da estação ferroviária de Bolonha, cujo atentado foi reivindicado pelo “*Núcleos Armados Revolucionários*”, em 1980. Nesse momento, a Itália atravessava novos sobressaltos políticos provocados pela corrupção, que levariam à queda o governo democrata cristão e à ascensão dos socialistas, que lançariam um brutal plano de austeridade. Em 1986, as Brigadas Vermelhas estavam derrotadas e começavam os processos a centenas de seus membros. A ultradireita saía fortalecida.

A política de colaboração de classes do Partido Comunista, de um lado, e o lançamento dos ataques das Brigadas Vermelhas, de outro, serviram à burguesia, e não à classe operária. Sem dúvida, o fundamental se deveu à política dos estalinistas, que impossibilitou a organização independente da classe operária e a luta sob a estratégia própria de poder. O poderoso movimento grevista, que tomou conta da Itália de dezembro de 1979 a janeiro de 1980, foi quebrado pela burocracia sindical traidora, vinculada ao PCI e ao PSI. Os estalinistas, que se tornaram eurocomunistas, concluíram dissolvendo o PCI e constituindo o Partido Democrático de Esquerda (PDS), em 1991.

A conclusão desse período turbulento se dá com a desintegração dos partidos que criaram a república, em 1946. O que se passou com as Brigadas Vermelhas é episódico. Em 1994, a burguesia italiana decidiu fundar sua segunda república. Quem irá comandar seu primeiro governo será o empresário Silvio Berlusconi. A direita

ascende ao poder sob os escombros da Democracia Cristã e seus aliados. Os ex-comunistas do PDS, que se transformou em Democracia de Esquerda (DS), se mostraram impotentes diante da crise histórica da Itália, crise essa que ficou marcada pelo fascismo. O governo de Berlusconi afundou no pântano da corrupção. O poderoso capitalista, no entanto, saiu ileso. A crise econômica e política da Itália continuaram sua marcha. O atual governo que obteve do Brasil a extradição de Battisti se caracteriza por uma aliança entre a direita e a ultradireita.

É importante, como se vê, entender em que condições surgiu a organização “*Proletários Armados para o Comunismo*”. Não tinha nada de comunismo, nem de proletários armados. Não passava de um rebento da crise que dilacerava a Itália depois do período de reconstrução do pós-guerra. O destino individual de Battisti não tem importância em si mesmo. Muito jovem, esteve preso e foi convertido na prisão à aventureira luta armada. O fundamental está em que um importante contingente que se lançou à luta com o método

do terrorismo individual, portanto, alheio à classe operária, cometeu o erro de não compreender as condições históricas em que viviam e, em especial, a decomposição do PCI, o que exigia da vanguarda se colocar na construção do partido marxista-leninista-trotskyista.

Os erros cometidos por Battisti não negam o fato de ter sido uma vítima da burguesia e de seu regime social historicamente esgotado. O governo socialdemocrata da França, François Mitterrand, concedeu asilo

a todos aqueles que se lançaram à luta armada, desde que a renunciassem. Battisti foi um dos perseguidos pelo governo italiano que se valeu dessa concessão. De fato, já havia abandonado esse caminho. O governo direitista de Jacques Chirac revogou a lei de Mitterrand, e Battisti se refugiou no Brasil, a partir de 2004. Lula não fez senão seguir a posição do chefe do Partido Socialista Francês.

Ocorre que Temer e Bolsonaro, circundados pela imprensa monopolista, pintaram Battisti como um perigoso terrorista, e execraram Lula por ter “envergonhado o Brasil” perante a “comunidade internacional” (imperialismo), assim, ocultando que a primeira decisão foi tomada na França. É falso que se está cumprindo com a justiça. Cumpre-se, de fato, com a vingança da burguesia italiana, sob a direção da direita e da ultradireita, que se valeram da crise dos anos 1970-1980 para ocupar o poder do Estado.

O Partido Operário Revolucionário rechaça a extradição e a prisão de Battisti sobre a base desses acontecimentos. E acusa a responsabilidade do governo de Evo Morales, que negou-lhe o asilo, executou a prisão, e o enviou diretamente aos seus persecutores na Itália. Battisti, depois de anos de fuga e perseguição, se encontra no cárcere da burguesia para cumprir a prisão perpétua. É necessário que as correntes que se reivindicam do socialismo organizem uma campanha internacional em defesa de sua vida e por sua libertação. Não se trata da luta em torno de um homem ou de sua causa perdida. Trata-se da luta contra a burguesia italiana, seu governo direitista e as forças reacionárias do Brasil que viabilizaram a extradição.

“ *É necessário que as correntes que se reivindicam do socialismo organizem uma campanha internacional em defesa de sua vida e por sua libertação. (...) Trata-se da luta contra a burguesia italiana, seu governo direitista e as forças reacionárias do Brasil.* ”

**Em defesa da vida de Cesare Battisti!  
Por sua imediata libertação!**

## 60 anos da Revolução Cubana

*O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) empunha a bandeira da Revolução Cubana. Defende incondicionalmente as conquistas do proletariado e do campesinato que se levantaram em armas, derrubaram o governo burguês-oligárquico, expropriaram a grande propriedade privada dos meios de produção, impuseram a independência do país, expulsaram o imperialismo e resistiram bravamente à invasão norte-americana da Ilha. Fazem parte do programa do POR, as lições revolucionárias do povo cubano, assim como as da Revolução Russa e demais revoluções proletárias. Exatamente por motivo programático, o POR condena a estalinização do Partido Comunista Cubano e as traições do castroismo à revolução latino-americana.*

*Combate a restauração capitalista em curso e se coloca pela revolução política, como única via de interromper a entrega definitiva de Cuba à burguesia e ao imperialismo. Desde a tomada do poder pelo Movimento 26 de Julho (1º de janeiro de 1959) até nossos dias, a Revolução Cubana continua sendo um laboratório de aprendizado para a classe operária e sua vanguarda marxista-leninista-trotskista. A vitória da aliança operária e camponesa, em 1959, expõe as leis gerais da revolução e contrarrevolução da época imperialista do capitalismo em decomposição.*

*Nestes 60 anos da Revolução Cubana, temos um motivo para retomar as explicações sobre por que a restauração vem se impondo, tal como na ex-União Soviética, Leste Europeu e China. Explicações que se incorporam à tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.*

*Viva a Revolução Cubana! Abaixo a restauração capitalista! Pelo internacionalismo proletário!*

## Em defesa das conquistas da Revolução Cubana



Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarianizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

interno, no quadro das relações de produção dominantes. Essas frações da burguesia e da pequena burguesia, que se levantaram em armas, foram incapazes de derrotar o império espanhol e o imperialismo monopolista norte-americano. O que exigia se apoiar nas massas oprimidas nacionais, e avançar decididamente na expropriação da grande propriedade fundiária e capitalista.

As rebeliões impuseram derrotas conjunturais aos opressores estrangeiros. Mas, foram impotentes para impor a autodeterminação nacional. As contínuas rebeliões e os métodos de luta tiveram o mérito de educar as massas, permanecendo acesas em sua memória social.

Foram precisamente esses fatores que viriam a confluir e dar base de massas ao movimento castro-guevarista que se alçou em armas, objetivando derrotar a ditadura de Batista, um títere do imperialismo. O Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, encarnava aos olhos das massas as melhores tradições dos movimentos de Macedo e Martí. O que sem dúvida o ajudaria a se erguer como direção política da luta da maioria nacional contra o governo serviçal de Batista, e a opressão imperialista. A base camponesa do movimento guerrilheiro expressava as tendências presentes de resolver o problema da terra.

Quando, finalmente, a guerrilha confluiu com uma insurreição das massas proletárias da cidade, acelerando a queda de Batista, evidenciou-se que a reforma agrária e a autodeterminação nacional seriam conquistadas com a intervenção do proletariado organizado. Essa dinâmica interna, que já indicava a transformação da revolução democrática em socialista, não apareceu no programa do castrismo, até depois da consolidação do governo revolucionário.

De fato, seu programa inicial previa apenas realizar uma reforma agrária, limitada às terras improdutivas (pagando indenização), obter liberdade de reunião e organização, bem como outras consignas democrático-burguesas.

Um fator que permitiu ao castro-guevarismo se erguer como direção da maioria nacional oprimida foi que o Partido Comunista de Cuba, criado em 1925, nasceu degenerado pelo estalinismo. E, já no começo da luta guerrilheira, na Serra Maestra, estava plenamente integrado ao governo burguês. O programa que regia a atividade do estalinismo à época baseava-se na *“colaboração entre todas as classes e de todos os setores da nação, por fora e por cima de organizações, de partidos e governo”*.

O que nada mais era que uma adaptação oportunista da pretenção “unidade nacional” com a burguesia cubana, considerada “progressista”. Um espantoso teórico que servia para acobertar a contrarrevolucionária “coexistência pacífica” da burocracia estalinista com o imperialismo. Não podia, portanto, servir de canal de expressão política à luta das massas por romper o jugo da opressão nacional. O PCC chegava às vésperas da revolução de 1959 como um aparato degenerado e integrado à democracia oligárquica.

Uma vez conquistado o poder, o conjunto da situação política mundial, a necessidade de defender o país perante as ameaças intervencionistas e de desestabilização econômica, e, especialmente, das tendências de radicalização do campesinato e do proletariado, obrigaram a direção pequeno-burguesa castro-guevarista a ultrapassar na prática o programa democrático-burguês.

Erguido sobre a mobilização revolucionária das massas, o novo governo se viu obrigado a expressar a radicalização da luta de classes, aplicando medidas anti-imperialistas e cada vez mais ofensivas à propriedade privada monopolista norte-americana. Por outro lado, toda a experiência do século XX confirmou amplamente a tese leninista de que a fase imperialista é a época das crises e guer-

ras, das revoluções proletárias e contrarrevoluções burguesas.

Fundamentalmente, havia-se confirmado a teoria da Revolução Permanente, formulada por Trotsky, segundo a qual, nos países capitalistas atrasados e de economia combinada, a solução das tarefas democráticas pendentes só pode ser resolvida pelo proletariado, tomando o poder político do Estado. Ou seja, a derrubada revolucionária do governo exigia a constituição da ditadura proletária e a solução efetiva das tarefas democráticas com os métodos próprios do proletariado. Tendo o poder em suas mãos, o proletariado colocaria na ordem-do-dia as tarefas socialistas, a exemplo da expropriação da grande propriedade privada monopolista e sua transformação em propriedade coletiva (socialista), nacionalização do comércio exterior, e planificação da economia nacional.

Trata-se de uma lei absoluta da revolução proletária na época imperialista. Também é absoluta a lei que demonstra que a revolução começa em um país e necessita, pela sua dinâmica de classes e das condições da economia mundial, projetar-se no campo internacional. Lembremos que Lênin e Trotsky advertiram que o isolamento da revolução russa, e o estancamento de suas forças produtivas, levariam ao triunfo da contrarrevolução. O que exigia de sua direção política saber manobrar nas condições adversas do cerco imperialista e impulsionar o internacionalismo proletário.

A teoria marxista-leninista-trotskista da revolução proletária e de seu caráter permanente se confirmou pela via da negação contrarrevolucionária. A burocracia russa, que desgraçou a revolução e destruiu sua direção revolucionária mundial, fez uma revisão completa dos princípios e fundamentos da teoria marxista e dos métodos bolcheviques, iniciando a fase da restauração capitalista. E, dado seu poderio econômico e recursos políticos, logo submeteu e disciplinou os partidos comunistas de todo o mundo às suas manobras diplomáticas, que visavam a preservar a sua privilegiada posição dentro dos estados operários degenerados.

A teoria do “socialismo em um só país” foi um golpe de morte contra o internacionalismo proletário, à qual viria se somar a tese da possibilidade de “coexistência pacífica” com o imperialismo.

A revolução cubana compareceu no cenário como uma clara ruptura da política da “coexistência pacífica” e da “colaboração de classes”. E a burocracia soviética se pôs a impedir que a revolução, tão admirada pelas massas oprimidas do continente, servisse de alavanca ao proletariado latino-americano para romper definitivamente com os partidos comunistas estalinizados, e que se projetasse revolucionariamente a constituir os governos operários e camponeses por todo o continente, colocando em xeque a diplomacia soviética de apoio a governos e setores da burguesia, tipificados de progressistas e aliados.

Foi nessas condições que o PCC foi levado a se fundir junto a outros partidos em um partido único com o Movimento 26 de Julho. Tratava-se, por essa via, de cooptar, desde dentro, o governo revolucionário, que havia proclamado a revolução de socialista. Usar o governo e o povo cubanos como moeda de troca nas negociações diplomáticas com o imperialismo exigia da burocracia soviética manter em pé os alicerces sociais e econômicos da revolução. Enquanto que o permanente bloqueio econômico, as constantes ameaças intervencionistas e a necessidade de garantir e manter as conquistas alcançadas acabariam, também, por empurrar o castro-guevarismo aos braços da burocracia estalinista. A que logo passou a realizar maciços investimentos, enviar inúmeros recursos técnicos, quantidade crescentes de apetrechos bélicos, e garantir um mercado ao açúcar cubano na União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Evidentemente, estava muito longe da concepção da burocracia

cia estalinista realizar tais esforços, se não servissem ao objetivo de disciplinar a direção revolucionária, e encarcerar a revolução dentro das fronteiras nacionais, usando-a para suas manobras diplomáticas.

Era próprio de sua natureza de casta reacionária operar dessa forma. Mas, no caso do castro-guevarismo, a adaptação oportunista comportou uma capitulação e traição às massas latino-americanas, que contavam com ela para avançar as revoluções em seus próprios países. Essa particular dialética de rápida degenerescência da direção castro-guevarista demonstrou quão grave era a crise de direção revolucionária do proletariado. Eis por que, na base da grande propriedade social, da economia planificada, e do monopólio do comércio exterior, não se erguia em Cuba a ditadura proletária, mas uma ditadura burocrática. E, finalmente, o estalinismo usurpava a revolução, não para fazê-la confluir com a revolução latino-americana, mas para torná-la um instrumento dócil dos desígnios e manobras da burocracia russa. Enquanto que a rápida degenerescência do castro-guevarismo colocaria os cimentos da restauração capitalista, que já avançava no Leste Europeu.

A capitulação do castro-guevarismo à burocracia soviética demonstraria sua face contrarrevolucionária, quando ajudou a desviar a vanguarda chilena da luta revolucionária, em troca da farsa da “via pacífica ao socialismo” e da “frente popular”, arrastou o sandinismo pela via do nacional-reformismo, dilapidando a revolução nicaraguense, quando foi responsável de apoiar as diversas vias foquistas pequeno-burguesas, que serviram de bloqueio à construção de uma direção revolucionária, quando impulsionou o desarmamento das FARC, e sua integração ao quadro do eleitoralismo democratizante, abandonando o programa da reforma agrária e da via da luta armada, ou quando apoiou as mais diversas frações da burguesia semicolonial, que acabaram se prostrando perante o imperialismo, ou abertamente esmagando a luta das massas exploradas. Enfim, é a mesma burocracia que aprovou recentemente uma nova Constituição no país, e que coloca os cimentos jurídicos, políticos e econômicos da restauração capitalista na ilha.

O que temos explicado acima demonstra por que o castrismo mantém vivo a si mesmo como sombra de seu passado revolucionário e usufruindo o prestígio que conquistou por direito próprio (boa parte dos burocratas de hoje não têm nada a ver com as li-

deranças revolucionárias de 1959), já não mais para defender as conquistas revolucionárias, mas sim para constituir-se em árbitro da restauração capitalista em Cuba e, por essa via, em covarde da primeira revolução socialista da América Latina.

Apesar dessa constatação, a vanguarda revolucionária não deve cometer o erro irreparável de se negar a defender Cuba revolucionária perante os ataques do imperialismo, ou de olhar para o lado, como se não estivesse diante da restauração capitalista. Pelo contrário, é seu dever defender incondicionalmente as conquistas revolucionárias, tanto em face dos ataques da burguesia imperialista, quanto de seus algozes internos. Somente a derrocada revolucionária da casta burocrática restauracionista, por meio da revolução política, quebrará os elos da restauração capitalista, estabelecerá a ditadura do proletariado, e erguerá o programa do internacionalismo marxista. Isso explica porque é uma tarefa somente da classe operária julgar o papel contrarrevolucionário do castro-estalinismo, não do imperialismo ou de qualquer outra variante da política burguesa.

Certamente, essas tarefas cabem não apenas ao povo cubano, mas também aos explorados e oprimidos do continente.

A vanguarda revolucionária latino-americana não deve esquecer nem por um

só minuto que as conquistas da Revolução Cubana são parte do arsenal político e prático do proletariado revolucionário internacional. As massas aprendem a ciência das transformações revolucionárias (marxismo) a partir da própria prática, e assimilando as experiências históricas do proletariado mundial. Somente na medida em que as experiências revolucionárias são traduzidas em programa é que podem ajudar à classe operária mundial em sua luta contra o capitalismo em decomposição.

A melhor homenagem e o maior serviço que os explorados de nosso país e de todo o continente podem prestar ao heroísmo, ao sacrifício e à determinação das massas cubanas que fizeram a revolução é a de retomar suas lições, enterrar o estalinismo, junto ao lixo do revisionismo, avançar na luta anti-imperialista e anticapitalista, e forjar no seio do proletariado os partidos marxista-leninista-trotskistas, para combater a burguesia, sob o programa dos Estados Unidos Socialistas de América Latina. Defesa incondicional das conquistas revolucionárias de Cuba! Abaixo a restauração capitalista em curso! Derrotar o imperialismo em nosso próprio país!

“ *Somente a derrocada revolucionária da casta burocrática restauracionista, por meio da revolução política, quebrará os elos da restauração capitalista, estabelecerá a ditadura do proletariado e erguerá o programa do internacionalismo marxista.* ”

## Guilherme Lora e o internacionalismo proletário

Em 1963, Guilherme Lora advertia que Fidel Castro era prisioneiro do estalinismo. *“Aquele que resistir a reconhecer está incapacitado para compreender a evolução política cubana”*. *“Moscou se empenha para que o governo de Havana sirva docilmente à sua sinuosa política diplomática”*. E concluía: *“Nossa atitude diante de Cuba se caracteriza pela incondicional defesa da revolução cubana realizada pelas*

*massas”*. Enquanto diversas correntes que se reivindicavam do trotskismo diziam e se desdiziam sobre como caracterizar Cuba, o dirigente marxista boliviano, antecipadamente, pôde indicar o rumo nefasto que o estalinismo imporia a Cuba, e que hoje se expressa no processo de restauração capitalista. Esse é o valor das ideias, do programa, que permite caracterizar os processos históricos com maior precisão e, assim,

estabelecer a conduta, a tática e a linha a serem seguidas.

Homenageamos o revolucionário boliviano nos 10 anos de seu falecimento, reconhecendo a sua enorme capacidade de trabalho partidário e de elaboração programática e teórica. No próximo Boletim do CERQUI daremos destaque a toda sua luta pela reconstrução da IV Internacional, de acordo com o Programa de Transição.



A 100 anos do assassinato de Rosa Luxemburgo

## A IV Internacional reconhece Rosa Luxemburgo como parte do combate marxista ao capitalismo em decomposição

**R**osa Luxemburgo dedicou sua vida à luta pelo socialismo. Implacável inimiga do revisionismo, rompeu com o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), quando este capitulou perante a política de rapinha da burguesia alemã. E combateu-o ainda quando se formou em 1918 um governo de coalizão com a burguesia e os latifundiários (junkers), erguido sobre o sangue de 20 mil operários e marinheiros assassinados pela polícia e o exército, sob as ordens do governo socialdemocrata.

A insurreição de 1918 expressou as tendências instintivas do proletariado de avançar no caminho da revolução e ditadura proletárias. Mas, não conseguiu traduzir sua revolta instintiva em política consciente e organização revolucionária, uma vez que as grandes massas ainda achavam-se esmagadoramente sob o controle da socialdemocracia servil e traidora. Fato que veio a se combinar com a fraqueza da direção marxista, que chegava à insurreição sem ter cumprido a tarefa de soldar o programa no seio da classe operária e dos demais explorados.

Coube ao governo socialdemocrata cumprir o papel de carrasco dos operários e da revolução. Mas, a burguesia exigia-lhe ainda recorrer a seu controle dos sindicatos e movimentos para afastar por várias décadas o espectro revolucionário. Tratava-se não apenas de isolar e reprimir os destacamentos proletários mais avançados. Mas, fundamentalmente, de liquidar as bases programáticas e os germes organizativos sobre os quais se educava a vanguarda proletária e gestavam novas insurreições de massas. Ou seja, exigia-lhe liquidar a direção revolucionária.

Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht encarnavam a política revolucionária. Cada intervenção pública e cada distrito operário que se somava às posições revolucionárias constituíam uma grave ameaça à instável governabilidade burguesa, projetando, uma e outra vez, a sombra da revolução proletária. De maneira que assassinar ambos os revolucionários passou a constituir um problema de vida ou morte para a burguesia alemã e europeia, que visavam impedir a revolução no coração da Europa.

Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht pagaram com a vida pela lealdade e dedicação aos objetivos e interesses do proletariado alemão e mundial. Em janeiro 15 de 1919, seriam covardemente assassinados pela *Freikorps*, uma organização paramilitar formada por oficiais e ex-soldados que se achavam a serviço da burguesia e do governo socialdemocrata.

No entanto, o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht demonstrou-se insuficiente para apagar o fogo subterrâneo da luta de classes. A conquista do poder político pelo proletariado russo, de um lado, e a formação da III Internacional como Partido da Revolução Socialista Mundial, de outro, convergiam poderosamente

samente para manter acesa a luta revolucionária na Alemanha. E sustentar Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht como estandartes da luta pela independência política da classe operária. Eis por que coube a Lênin, em 1919, realizar uma categórica e inflexível defesa de ambos os revolucionários como os símbolos da luta do proletariado alemão.

Com o controle Estado operário na Rússia pela burocracia estalinista, seriam criadas as condições para uma nova ofensiva ideológica contra Rosa, dirigida fundamentalmente a varrer a influência de suas ideias na vanguarda alemã e mundial. Coube de fato ao estalinismo continuar com acriminosa tarefa traçada pela socialdemocracia alemã.

No texto *Sobre alguns problemas da história do bolchevismo*, Stalin acusou Rosa Luxemburgo de revisionista e co-autora, junto a Parvus, da teoria “semi-menchevique” da revolução permanente. A falsificação visava colocar como inimigos do Estado operário os revolucionários e lideranças que continuavam a defender o programa marxista-leninista do internacionalismo proletário. Isto é: objetivava consolidar a casta que tinha erguido a teoria do “socialismo em um só país”, como a roupagem retórica de interesses típico da burocracia.

“*Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht encarnavam a política revolucionária. Cada intervenção pública e cada distrito operário que se somava às posições revolucionárias constituíam uma grave ameaça à instável governabilidade burguesa, projetando, uma e outra vez, a sombra da revolução proletária.*”

Coube a Trotsky retomar a defesa de Rosa Luxemburgo contra seus detratores. No texto *Fora as mãos de Rosa Luxemburgo* (28 de junho de 1932) acusou Stalin de falsificador, uma vez que esse recorria a uma velha polêmica entre Lênin e Rosa, mas a deformando, ao dizer que Rosa capitulou ao não combater o revisionismo de Kautsky.

Eram constantes as divergências entre Lênin e Rosa. Trotsky disse que em todas elas, a razão histórica esteve sempre do lado de Lênin. O que não significava desconhecer, porém, que em determinados aspectos e em circunstâncias concretas esteve com a razão. Eis por que quando Lênin criticava Rosa por atacar Kautsky (a quem considerava ainda como liderança da ala revolucionária da socialdemocracia alemã) o próprio Lênin não tinha completado sua avaliação dos passos revisionistas de Kautsky, afirma Trotsky. De fato, foi Rosa a primeira a observar e combater a degenerescência o dirigente da II Internacional e combatê-la

consequentemente. De forma que Trotsky acusa Stalin de ocultar que Lênin, em 27 de outubro de 1914, reconheceu que Rosa “*tinha razão*”.

Ocorre que Stalin recorria à falsificação para atacar o legado revolucionário de Rosa, enquanto Lênin reconhecia nela uma camarada da luta pelo socialismo e que, apesar das constantes divergências, confluíam sempre no trabalho revolucionário comum. O essencial dessa constatação está em que o nome de Rosa continuava a ser o estandarte da vanguarda do proletariado alemão. Enquanto que o stalinismo avançava na burocratização do KPD, procurando submetê-lo aos ditames do Kremlin. O certo é

esforços da Oposição de Esquerda Internacional de opor à degenerescência da III Internacional a tarefa histórica de pôr em pé a IV Internacional.

Nesse sentido, Trotsky demonstrará como as pretensas correntes “luxemburgistas” apoiavam-se nos “*aspectos e formulações mais inconsequentes de Rosa*”, particularmente no que dizia respeito à supervalorização do “espontaneísmo” das massas, para negar a tarefa de construção de verdadeiros partidos-programas. Disse ainda que, quando Rosa defendeu a iniciativa espontânea das massas, apoiava-se em seu instinto comunista em oposição ao imobilismo e reformismo da direção socialdemocrata. É nessas circunstâncias que Trotsky afirma que a posição de Rosa “*tinha um carácter absolutamente revolucionário e progressivo*”. Por outro lado, a própria Rosa não desconhecia que a tal “espontaneidade” era insuficiente para alcançar o êxito na luta revolucionária, explica Trotsky. E dedicou o resto da sua vida à formação do embrião do Partido Comunista Alemão (KPD). Entretanto, assinala, o principal erro da revolucionária foi o de não compreender a importância de educar a vanguarda ao redor de um programa claro e definido. Não resta dúvida, porém, que Rosa se colocou no campo daqueles que reagiram negativamente à firme posição de Lênin sobre a concepção do partido revolucionário, campo esse que inclui o próprio Trotsky.

O essencial do que temos colocado até aqui reside em que os centristas e os revisionistas recorreram e recorrem ainda

hoje à deformação e falsificação da obra de Rosa objetivando impedir que a vanguarda avance em sua independência política e organizativa. Por trás do culto das “ações espontâneas” das massas se acha o imobilismo e oportunismo dos centristas.

A história reservou a Rosa um lugar de primeira ordem na tarefa de construir os alicerces teóricos e programáticos sobre os quais se assenta o proletariado em seu incessante combate por expropriar a burguesia, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e construir o socialismo. É nesse sentido que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQI) honra a memória da revolucionária, que entregou sua vida à defesa da estratégia revolucionária do proletariado mundial.



“*Rosa continuava a ser o estandarte da vanguarda do proletariado alemão. Enquanto que o stalinismo avançava na burocratização do KPD, procurando submetê-lo aos ditames do Kremlin. O certo é que a obra e legado de Rosa eram tão perigosos ao stalinismo, que objetivava chegar a acordos com a burguesia europeia, quanto a luta de Trotsky contra a degenerescência do Estado operário. Não em vão que Stalin acusou Rosa de “criar” a teoria da revolução permanente e Trotsky de aplicá-la.*”

que a obra e legado de Rosa eram tão perigosos ao stalinismo, que objetivava chegar a acordos com a burguesia europeia, quanto a luta de Trotsky contra a degenerescência do Estado operário. Não em vão que Stalin acusou Rosa de “criar” a teoria da revolução permanente e Trotsky de aplicá-la.

A falsificação histórica da obra revolucionária de Rosa Luxemburgo tem sido um instrumento recorrente nas apenas do stalinismo, como também das correntes revisionistas que objetivavam atacar os fundamentos e métodos bolcheviques da luta revolucionária. Isso explica por que, no texto *Luxemburgo e a Quarta Internacional* (24 de junho de 1935), Trotsky retoma sua defesa. Desta vez, para atacar as correntes que, autodenominando-se “representantes genuínos do luxemburgismo”, combatiam os



**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:**

## 100 anos da Revolução Russa

A primeira revolução socialista colocou a via da tomada do poder pelo proletariado e a abertura da transição do capitalismo para o socialismo. Este livro procura expressar os 100 anos da Revolução Russa sob a bandeira da IV Internacional e da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

**R\$ 35**